

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para declarar o IR se aproxima. Fique atento! 4

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: Quem deve declarar? Qual a tabela? Qual o prazo? Tire suas dúvidas
(Imposto de Renda) 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Informe do INSS já está disponível 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Carteirinha do Meu INSS+ garante acesso dos idosos a cinco benefícios; saiba quais são
..... 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda do INSS volta ao plenário do STF nesta semana com incerteza sobre
julgamento (Previdência) 10

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7 12

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

MEI oferece regras diferentes para acessos a benefícios e aposentadoria 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Programa federal terá apenas passagem que já custa R\$ 200 15

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Sem resultado efetivo 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desigualdade é tema de debate no G20 19

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma agenda para o crescimento do País (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da tributária terá 4 anteprojeto 22

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impacto do novo ICMS (Artigo) 23

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades pedem ao Ministério do Empreendedorismo melhorias no Simples Nacional..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desigualdade de renda é tema de debate no G20 (Justiça fiscal)..... 25

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A preocupante regulamentação da reforma tributária..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste fiscal deve ser postergado (Artigo)..... 28

A GAZETA - MACAPÁ - AP - MUNDO AGRO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para onde vai o dinheiro arrecadado com o Imposto de Renda?..... 30

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Perda - APOSENTADOS..... 32

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
ECONOMIA

Marinho acumula promessas que não saem do papel..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A jornada para o déficit zero - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

Com Ibovespa em queda, analistas traçam perspectivas para este ano..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Onde investir após novas regras para LCAs e LCIs?..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB fecha 4º tri em 0,1% e deve repetir 3% em 2023, projetam economistas..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ajuste do Fed ameaça câmbio e inflação na América Latina..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Como criar no Brasil uma cultura de investimento? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO..... 44

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Atual cenário da inflação aponta para selic de 9,5%..... 46

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Brasil e mais 121 países fecham acordo..... 47

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil teve quase duas cargas roubadas por hora em 2023..... 48

Segunda-Feira, 26 de Fevereiro de 2024

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
ECONOMIA

Quase duas cargas são roubadas por hora 49

Prazo para declarar o IR se aproxima. Fique atento!

As empresas têm até quinta-feira (29), para enviar a seus funcionários e prestadores de serviço o informe de rendimentos para a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (ano-base 2023). O prazo também vale para bancos e corretoras de investimentos disponibilizarem o documento a seus clientes.

Caso o informe de rendimentos não seja liberado até a data prevista, o trabalhador deve entrar em contato com o setor contábil ou de recursos humanos da empresa, ou com o gerente, no caso de bancos e corretoras, para fazer a solicitação.

Se o documento não for entregue no prazo ou vier com erro, a fonte pagadora fica sujeita ao pagamento de multa de R\$ 41,43 por informe.

Prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções ou imposto retido na fonte pode ainda gerar multa de 300% sobre o valor que for indevidamente utilizado como redução do imposto devido sobre a renda.

Daniel de Paula, especialista tributário da IOB, afirma que, como regra, o fornecimento do comprovante de rendimentos é realizado diretamente ao beneficiário de forma impressa, conforme modelo instituído pela **Receita Federal**, mas atualmente pode ser enviado por meio eletrônico.

"A empresa pode fornecer comprovante por meio de processamento eletrônico de dados, e com isso adotar layout diferente do modelo disponibilizado pela Receita, desde que contenha todas as informações nele previstas, ficando dispensada assinatura ou chancela mecânica", diz.

A empresa pode enviar o informe por email ou no sistema interno, a chamada intranet. Mas, se preferir, o trabalhador pode solicitar a via impressa do comprovante, sem custo.

O informe é necessário para o preenchimento da declaração de IR. Nele constam os valores recebidos ao longo de 2023, como salário, 13º e participação nos lucros, entre outras informações. Também estão anotados no documento descontos com plano de saúde e previdência privada, por exemplo.

Para o investidor, o documento mostra as aplicações, em renda fixa ou variável, e os rendimentos obtidos ao longo do ano.

A entrega da Declaração este ano deverá ser feita entre os dias 15 de março e 31 de maio, segundo a **Receita Federal**.

O especialista da IOB orienta reunir os documentos com antecedência para simplificar o processo e, principalmente, evitar que recibos importantes fiquem de fora da declaração, favorecendo que o contribuinte caia na malha fina.

"Mesmo que o contribuinte opte pela declaração pré-preenchida, é obrigação dele verificar todos os valores e os documentos listados na declaração de Imposto de Renda de 2024", diz Paula.

"As informações dos documentos servem para a Receita cruzar os dados, saber quanto o contribuinte pagou de imposto durante o último ano e conferir se houve sonegação ou não. Quanto antes a pessoa reunir os documentos, mais tempo terá para ir atrás de recibos fundamentais que estão faltando", afirma.

As regras para a declaração do Imposto de Renda de 2024 ainda serão divulgadas pela **Receita Federal**.

15 DE MARÇO COMEÇA O PRAZO PARA ENTREGAR A DECLARAÇÃO

*

SERVIÇO

Lista de documentos necessários para declarar o Imposto de Renda

Além do Informe de rendimentos, o contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda, que pode ter sido salvo em PDF, no programa de declaração do ano anterior ou impresso.

Também é possível pedir a segunda via no site da **Receita Federal**, por meio do e-CAC, que é o centro de atendimento virtual da Receita. É preciso ter senha do Portal Gov.br.

ALÉM DO RECIBO, É PRECISO TER EM MÃOS
ALGUNS DOCUMENTOS PESSOAIS E
CADASTRAIS, COMO:

Título de eleitor

CPF de dependentes, alimentandos e do cônjuge

Comprovante de endereço

Dados relativos ao trabalho e investimentos

COMPROVANTE DE DESPESAS DEDUTÍVEIS

O contribuinte também deve reunir todas as notas fiscais de gastos com educação, com procedimentos médicos, dentista, previdência privada e demais recibos que podem amortizar a base de cálculo do IR.

Compra e venda de bens - Também devem ser registradas as transações de compra e venda de bens como imóveis e automóveis. Se nessas movimentações o contribuinte obtiver ganho de capital e o esse lucro for renda tributável, é

necessário baixar o programa GCAP (Ganhos de Capital) e fazer o pagamento devido à **Receita Federal**.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Imposto de Renda 2024: Quem deve declarar? Qual a tabela? Qual o prazo? Tire suas dúvidas (Imposto de Renda)

As regras finais para a declaração do Imposto de Renda 2024 devem ser divulgadas pela **Receita Federal** nos próximos dias, mas, segundo especialistas, a maioria das normas que obrigam os contribuintes à prestar contas devem se manter as mesmas de anos anteriores.

A única dúvida diz respeito ao valor mínimo de rendimentos tributáveis recebidos no ano. Até o ano passado, quem obteve rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 , o que dá R\$ 2.379,98 por mês, estava obrigado a prestar contas. A Receita pode aumentar ou manter este limite.

Em 2023, houve atualização da tabela do IR , com reajuste de 6,97% na faixa de isenção mais a criação de um desconto simplificado de R\$ 528 por mês. Trabalhadores, aposentados, pensionistas e demais contribuintes que ganhavam até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ficaram isentos do imposto.

Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, diretor-executivo da PartWork Associados e diretor da Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo), afirma que, com o reajuste, o novo limite de obrigatoriedade deveria ser de R\$ 30.550,31, mas é provável que se mantenha em R\$ 28.559,70.

"Portanto, cidadãos que receberam rendimentos tributáveis igual ou acima desse valor [R\$ 28.559,70] no ano de 2023 deverão declarar o IR em 2024", afirma ele.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Valdir Amorim, coordenador técnico jurídico e tributário da IOB, também aposta na manutenção do limite, mas afirma só ser possível saber quando o fisco publicar a instrução normativa do Imposto de Renda 2024.

"Temos de aguardar o governo publicar a instrução normativa. Pode manter [o limite anual]? Pode. Quem tem que definir é a **Receita Federal**, que vai trazer a informação com precisão."

Amorim e Gonçalves lembram, no entanto, que há outras normas que obrigam o contribuinte a declarar o IR, o que faz com que os cidadãos já possam se preparar.

"O contribuinte brasileiro do Imposto de Renda tem que começar a se planejar. A gente vê que deixa sempre para o momento da declaração, quando, na verdade, as regras do ano seguinte já estão todas prontas", diz Amorim.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima do limite a ser estipulado pela Receita, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$ 40 mil

Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 142.798,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou anos anteriores

Passou a morar no Brasil em 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

O período de entrega da declaração do Imposto de Renda 2024 será de 15 de março a 31 de maio, segundo a **Receita Federal**.

A intenção do fisco é fazer como no ano passado, quando liberou o programa do IR duas semanas antes do início do prazo. Com isso, contribuintes puderam se preparar com antecedência.

Neste ano, também deverá ser utilizada a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda. Quem opta pelo modelo entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos e 80 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

O motivo de iniciar a entrega da declaração em 15 de março é dar ao menos 15 dias para que os sistemas da **Receita Federal** sejam abastecidos com as informações que são enviadas por fontes pagadoras para o órgão.

As empresas têm até o final de fevereiro para entregar os dados de cada cidadão à Receita e para disponibilizar os informes de rendimentos aos contribuintes.

Um dos pontos principais é somar a renda tributária recebida no ano. São rendimentos tributários valores de salários, aposentadoria, renda como autônomo e aluguel de imóvel, por exemplo. Se o valor anual ultrapassar o limite de renda da Receita, é preciso declarar.

Também há outras regras, como ter recebido rendimentos isentos e não tributáveis acima de R\$ 40 mil no ano. FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) são exemplos de renda não tributável.

Quem tem bens e direitos -somando imóvel e carro, por exemplo- acima de R\$ 300 mil também é obrigado a declarar. O valor a ser usado é o da compra do bem.

Empresas, instituições financeiras e órgãos públicos têm até 29 de fevereiro para entregar o informe de rendimentos referente a 2023, mas o contribuinte já pode reunir outros documentos para começar a organizar a declaração do IR, como recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de

compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, entre outros.

"O primeiro cuidado que o contribuinte tem que ter é em conseguir a documentação e fazer a triagem de tudo o que vai precisar", diz Amorim.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/imposto-de-renda-2024-quem-deve-declarar-qual-a-tabela-qual-o-prazo-tire-suas-duvidas.shtml>

Informe do INSS já está disponível

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) já liberou o informe de rendimento para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios declararem o IR. O documento está disponível no site ou aplicativo Meu **INSS** e na rede bancária.

Quem é obrigado a declarar e perde o prazo paga multa, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Neste ano, estão isentos do imposto 15,8 milhões de brasileiros que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.824). Isso vale para empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e outras pessoas físicas.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824 mensais ficará isento de pagar IR porque, dessa renda, é subtraído o desconto simplificado, de R\$ 564,80, resultando em uma base cálculo mensal de R\$ 2.259,20. Esse valor é o limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela.

O aposentado que vai declarar o IR 2024 e tiver outras fontes de rendimento não pode se esquecer de informá-las à Receita, sob pena de cair na malha fina. Aluguéis recebidos, pensão acumulada com aposentadoria e salário, caso esteja trabalhando, são rendimentos tributáveis.

O FGTS sacado ao se aposentar e a renda recebida a partir dos 65 anos, até o limite legal garantido pelo fisco, é rendimento isento. Cada uma tem sua própria ficha na declaração.

Para aposentados acima de 65 anos, há cota extra de isenção do imposto a partir do mês de aniversário.

SERVIÇO

Como acessar o Informe de Rendimentos do **INSS**

Acesse o site: <https://meu.inss.gov.br/> ;

Clique em "Entrar com Gov.br";

Insira o CPF para fazer o login ou cadastrar senha;

Desça a tela e encontre a aba "Outros Serviços". Nela, clique em "Ver Mais";

Clique no ícone com a frase "Extrato do Imposto de Renda";

Selecione o ano-calendário 2023;

Escolha o extrato que deseja;

Salve o documento em PDF.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Carteirinha do Meu INSS+ garante acesso dos idosos a cinco benefícios; saiba quais são

O clube de vantagens Meu **INSS+**, que oferece descontos para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), atingiu a marca de 1.150 milhão de carteiras geradas no início deste mês. Os dados são do Ministério da **Previdência Social**.

Lançado em maio de 2023, o Meu **INSS+** garante acesso dos idosos a cinco benefícios. O clube de vantagens oferece descontos em farmácias, cinemas, shows, serviços, telemedicina, seguros, viagens, entre outros, para aposentados, pensionistas e beneficiários do **INSS**. (Confira mais detalhes abaixo)

Atualmente, cinco bancos são parceiros da iniciativa: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Mercantil, Banco PAN e Itaú. O Banco do Brasil concede vouchers de descontos para compras em lojas parceiras do Shopping BB, consultas em telemedicina com a plataforma Ciclic, benefícios para pets, acesso a aplicativos de academias e meditação, entre outros.

Já a Caixa Econômica Federal concede até 75% de desconto em farmácias como Drogaria São Paulo e Pague Menos. Na lista de vantagens oferecidas pela instituição, também está o ingresso meia-entrada e 50% de desconto na pipoca de caramelo em toda a rede de cinemas Cinemark.

O Bradesco, além dos descontos em compras, garante crédito consignado em até 72 parcelas aos pensionistas e aposentados do **INSS**. Também libera o seguro de vida ABC Sênior com flexibilidade no pagamento, seja por carnê, débito em conta ou consignação em folha de pagamento.

Já o Banco Mercantil oferece cashback em compras de diferentes lojas, incluindo Magazine Luiza, Carrefour e Natura.

As vantagens, que podem ser conferidas com cada instituição, estão relacionadas ao banco no qual o beneficiário recebe os pagamentos do **INSS**. Segurados que recebem pela Caixa Econômica, por exemplo, terão acesso às vantagens oferecidas pela instituição.

Como emitir a carteira do beneficiário

Os beneficiários do **INSS** podem acessar o cartão

virtual por meio do site Meu **INSS** ou pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível na loja de aplicativos para celulares (Android e iOS). Para saber mais detalhes sobre os benefícios, basta acessar o aplicativo ou site Meu **INSS** e clicar no ícone "carteira do beneficiário".

Passo a passo

Caso tenha dificuldade de usar a internet e prefira uma emissão presencial, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) pode ajudar. Para isso basta ir até a unidade mais perto da sua residência com os seguintes documentos pessoais: documento de identificação com foto; CPF e número do Número de Identificação Social (NIS).

Site: <https://www.terra.com.br/economia/carteirinha-do-meu-inss-garante-acesso-dos-idosos-a-cinco-beneficios-saiba-qualis-sao,565ebe1d0e95cced1dcc539a27e4f5cd3vsve74g.html>

Revisão da vida toda do INSS volta ao plenário do STF nesta semana com incerteza sobre julgamento (Previdência)

O processo que discute a revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) volta ao plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta semana sob incertezas. Com mais de dez ações na pauta de quarta-feira (28), dia em que está marcado o julgamento, a decisão pode ser adiada novamente .

Além disso, uma ação de 1999 -que discute a constitucionalidade do fator previdenciário- pode ser entrave para a revisão. O processo 2.111 foi colocado na pauta pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso , após 25 anos à espera de uma resposta.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual aposentados pedem para incluir no cálculo do seu benefício contribuições previdenciárias antigas, de antes de julho de 1994, para ter aposentadoria maior. A tese foi aprovada pelo STF em dezembro de 2022, por 6 votos a 5.

O que será julgado no plenário são os embargos de declaração -espécie de recurso para que se esclareça alguns pontos do julgamento- da AGU (Advocacia-Geral da União), que representa do **INSS** na Justiça.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para a advogada Gisele Kravchychyn, presidente do IBDP e defensora do aposentado que levou a ação ao Supremo, a estratégia do ministro Barroso de votar os dois processos -vida toda e fator previdenciário- de forma conjunta pode trazer "problemas" para a tese.

O motivo é o voto do próprio Barroso na ação 2.111. O ministro entende que, a depender do posicionamento da corte sobre o artigo 3º da lei 9.876, de 1999, que criou o fator previdenciário, a decisão poderá inviabilizar a correção.

O advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchi, que participa do processo como representante do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), por outro lado, diz estar confiante porque, segundo ele, seis ministros já se manifestaram na ADI e disseram

que ela não interfere na revisão da vida toda.

Para ele, no entanto, o problema é a quantidade de processos pautados para o mesmo dia. "Eu acho difícil julgar dia 28 porque ela estava como primeiro processo a ser julgado, mas o presidente, o ministro Barroso, colocou agora como o 11º da pauta", diz.

É um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir salários antigos no cálculo da aposentadoria , pagos em outras moedas que não o Real.

O motivo pelo qual se discute o direito à correção é a aprovação da lei 9.876, de 199, que criou o fator previdenciário e mudou a regra de cálculo da média salarial, base de cálculo da aposentadoria do **INSS**.

A reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso trouxe regra de transição que beneficiou os novos segurados e prejudicou parte dos que já estavam no mercado de trabalho, contribuindo para o **INSS**.

Pela lei, quem se filiou à Previdência até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições a partir de julho de 1994, quando o Plano Real passou a valer.

Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral -por isso, vida toda.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Tem direito à revisão da vida toda quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que o benefício tenha sido concedido entre 1999 e 2019, e cujos salários antigos não tenham entrado no cálculo.

A revisão é limitada. Em geral, ela compensa para quem tinha altos salários antes do início do Plano

Real, mas pode haver outros perfis beneficiados, como segurados com salários baixos, mas que só têm pagamentos ao **INSS** antes de 1994.

O **INSS** afirma que, se aprovada pelo STF, o instituto teria de revisar 88 milhões de benefícios, que são todas as aposentadorias concedidas entre 1999 e 2019. Além disso, afirma que o gasto para pagar a correção estaria estimado em cerca de R\$ 300 bilhões.

Os altos valores são rebatidos por estudos anexados ao processo no Supremo. Um deles aponta que, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), há hoje no Judiciário 61.411 ações discutindo a revisão da vida toda.

Cálculos apresentados pelo Ieprev apontam que, embora cerca de 2,6 milhões de benefícios tenham potencial de serem atingidos pela correção, só 382,7 mil teriam realmente direito. O gasto para pagar os segurados ficaria em cerca de R\$ 3 bilhões.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/revisao-da-vida-toda-do-inss-volta-ao-plenario-do-stf-nesta-semana-com-incerteza-sobre-julgamento.shtml>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7

Publicado em 26/02/2024 - 07:30
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (21) a parcela de fevereiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 4.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos 10 dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 240 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 4. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-7>

MEI oferece regras diferentes para acessos a benefícios e aposentadoria

CAIO PRATES

O profissional que trabalhava com carteira assinada e resolveu abrir o próprio negócio ou virar autônomo pode se registrar como MEI (Microempreendedor Individual), para se formalizar e ter acesso a benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), como a aposentadoria. Além de obter o registro na área de atuação, que precisa estar na lista oficial da categorias permitidas para atuação como MEI, o profissional necessita ter faturamento anual de até R\$ 81 mil ou R\$ 6.750 por mês, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e possuir apenas um empregado contratado que recebe, no máximo, o salário mínimo ou o piso da categoria.

Atualmente, por lei, o MEI tem acesso e direito aos seguintes benefícios previdenciários: salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-reclusão. E o profissional é enquadrado no Simples Nacional e não paga Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL.

É preciso, no entanto, entender que as regras de contribuição para a Previdência são diferentes de quando era registrado.

As contribuições do MEI são fixas, de 5% ao mês sobre o salário mínimo para atividades de comércio, serviços e indústria, equivalente a R\$ 70,60 neste ano.

Já o caminhoneiro MEI paga uma alíquota maior, de 12% sobre o mínimo, equivalente a R\$ 169,44 neste ano.

Quem é MEI precisa fazer o pagamento mensal do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), que é de 5% do mínimo mais **impostos**, que variam de acordo com a atividade da empreendedora.

A taxa garante a formalização dos profissionais de turismo e o acesso a benefícios assistenciais, mas condiciona a aposentadoria à idade mínima, que hoje está em 62 anos para mulheres e 65 para homens.

A guia de pagamento do MEI vence todo dia 20 de cada mês e pagamento é sobre o mês de competência, em geral, o mês anterior ao que se está

quitando o imposto. Por exemplo, em 20 de março, os empreendedores pagarão a DAS-MEI referente ao mês de fevereiro.

Atrasos no pagamento geram multa de 0,33% ao dia, limitada a 20% no mês, além de 1% de juros e acréscimos referentes à taxa básica de juros, a Selic.

Ruslan Stuchi, advogado e sócio do Stuchi Advogados, afirma que o trabalhador com carteira assinada já contribui automaticamente com o **INSS** com base no valor do salário, por meio de descontos na folha de pagamento. No caso do microempreendedor, é preciso fazer uma complementação. "É válida essa contribuição do MEI ao **INSS** porque garante o pagamento de benefícios por incapacidade, auxílio-doença e salário-maternidade." Essa é uma forma de o profissional poder contabilizar os anos de trabalho registrada e também o período como MEI, para poder se aposentar por tempo de contribuição e até mesmo ter um benefício melhor, caso tenha um histórico salarial maior. Como MEI e somente com o pagamento do DAS, por outro lado, o segurado ficará somente com um benefício de um salário mínimo. Independentemente disso, Stuchi aconselha que o empreendedor procure um advogado ou profissional que faça um planejamento previdenciário.

*

Regime dá direito a aposentadoria por idade invalidez

O advogado Ruslan Stuchi exemplifica que é comum uma pessoa virar MEI para completar os três ou quatro anos que precisa para ter acesso ao benefício por tempo de contribuição.

"Mas, ainda mais depois da reforma da Previdência, existe muita gente pagando um valor maior que nem sempre resulta em uma aposentadoria maior", conta o advogado.

O MEI tem direito a aposentadoria por idade ou por invalidez. A idade mínima exigida por lei é de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens. Além da idade mínima, é preciso ter 180 meses de contribuição, equivalente a 15 anos. Se o MEI desejar se aposentar antes, por tempo de serviço, ele pode complementar sua contribuição em 15%, aponta

Stuchi.

"Ao pagar apenas 5% do salário mínimo para o **INSS**, o MEI abre mão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição. Dessa forma, para se aposentar, só poderá usar as regras da aposentadoria por idade. E o valor será sempre limitado ao salário mínimo.

Porém, o MEI pode complementar o valor da sua contribuição com 15% do salário mínimo ou do valor efetivamente recebido em cada mês", destaca o advogado.

Thiago Luchin, advogado e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, afirma que o planejamento deve ser feito principalmente por quem tem mais de 40 anos de idade.

"A principal função é demonstrar para as pessoas que não podem dar entrada para aposentadoria no escuro, porque o benefício que o **INSS** concede não é uma verdade absoluta. Com o planejamento, conseguimos indicar quando a pessoa vai se aposentar, com qual valor e quanto tempo demorará para receber o que pagou de volta."

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_EB1732ED45C0C051E662C852C417F9EE6E4D4E88E95B44C88FCE87809C43C15EBC873957386C057208FB1D928B6A06E301404CAC79A3ACA2F785A8A021F01E4269F1C307C2922A01914B3336984D35D62CBD826990219B632B228F4245F079028F7120211959A7841BF530E736362B785FBFD19B5F535F58112A8BD29859C

Programa federal tera apenas passagem que já custa R\$ 200

ADRIANA FERNANDES E IDIANA TOMAZZELLI

Brasília - O Voa Brasil, programa com a promessa de tornar viagens de avião mais acessíveis e que deve ser lançado em breve pelo governo federal, não garante passagens mais baratas e vai apenas reunir bilhetes que já custam até R\$ 200. A iniciativa não contará com subsídios federais e, por isso, o governo não tem como assegurar redução nos preços já praticados pelas companhias, que continuarão tendo liberdade comercial para definir as tarifas. Eventuais descontos e promoções dependerão da vontade das empresas, que já ofertam passagens na faixa de valor prevista para o programa.

Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mostram que, entre janeiro e novembro de 2023, 14,9% dos assentos foram comercializados por até R\$ 200. O percentual considera amostra de 26,4 milhões de assentos vendidos a preços normais no período. A Anac não inclui na análise alguns tipos de bilhetes, como promocionais ou com desconto.

Essa foi a configuração possível para um programa que completa quase um ano sem sair do papel. Anunciado pela primeira vez em março de 2023, o Voa Brasil teve o lançamento adiado por sucessivas vezes diante das dificuldades de apresentar resposta à reclamação de consumidores de alta nos preços das passagens.

Sem a possibilidade de injetar dinheiro

para garantir tarifa menor, o governo busca negociar com as companhias ao menos uma meta de 4 a 5 milhões de bilhetes aéreos de até R\$ 200 por meio do programa Voa Brasil. Cada uma (Gol, Latam e Azul) teria um objetivo individual. Seria uma espécie de compromisso de que essas passagens estarão ao alcance do público almejado, cerca de 21 milhões entre aposentados do **INSS** que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824) e estudantes do ProUni.

Entre eles, o governo quer dar prioridade para quem não viajou nos últimos 12 me-ses. A plataforma do Voa Brasil funcionaria como agregadora do estoque de passagens aéreas disponíveis a menos de R\$ 200. O usuário, então, poderia verificar se há opção que o atenda e fazer a compra. A ideia é estipular o limite de duas passagens por pessoa.

Na ideia do governo, as metas de vendas teriam de ser alcançadas pelas companhias ao longo de 2024. Para isso, o governo quer colocar um contador no site do Voa Brasil, atualizado conforme o número de bilhetes comercializados por até R\$ 200. Seria uma forma de monitorar o cumprimento dos objetivos do programa.

A Latam disse ter "compromisso com a democratização do transporte aéreo" e que participa das discussões do Voa Brasil "para viabilizar a sua implementação". A Azul limitou-se a afirmar que está participando do grupo de trabalho e "colaborando com o desenvolvimento do projeto". A Gol disse que todos os detalhes, inclusive "as particulares envolvendo a Gol", serão divulgadas pelo governo no lançamento do programa, em data ainda a ser definida.

A empresa, que está em recuperação judicial nos Estados Unidos, ressaltou ainda que já vem adotando algumas ações promocionais, focadas em viagens compradas na mesma semana do voo ou com maior antecedência. "Com essas medidas implementadas, a companhia estima que ao longo de 2024 sejam vendidas cerca de 15 milhões de passagens por até R\$ 699", afirmou a Gol, em nota.

A plataforma do Voa Brasil está sendo elaborada pelo Executivo, e as empresas devem alimentá-la com sua base de dados dos voos disponíveis dentro da faixa de preços estipulada. Em 2023, o fluxo de passageiros no modal aéreo foi de 112,6 milhões, mas muitos são viajantes frequentes. O número de pessoas que viaja de avião por ano é menor, cerca de 25 milhões. Na avaliação do governo, o programa poderia incluir outros 2 a 3 milhões de brasileiros.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse à reportagem que o programa deve ser lançado em breve. "O programa já foi apresentado ao presidente Lula, validado por ele e pela Casa Civil. Estamos esperando agenda [do presidente] para fazeroanún-cio", afirmou. Ele reforçou ainda que o Voa Brasil não contará com qualquer tipo de subsídio ou financiamento do governo federal. "É uma construção do ministério com as companhias aéreas", disse.

A ideia de lançar o programa foi citada pela primeira

vez em março de 2023 pelo então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. O intuito era popularizar o acesso ao modal aéreo. Na época, a proposta foi atribuída como um pedido de Lula e previa um público mais amplo, assim como um número maior de bilhetes.

expectativa

A impossibilidade de contar com subsídios, porém, sempre foi um limitador. Por outro lado, o primeiro anúncio gerou expectativas no público do programa, emparedando governo e aéreas a tirar algo do papel. Já as companhias, que embarcaram nas discussões após a primeira fala pública sobre o tema, reclamam dos custos elevados com insumos (como querosene de aviação) e com a judicialização por parte de clientes de diferentes questões.

As empresas vêm pedindo ajuda do governo para enfrentar as dificuldades financeiras, agravadas pela COVID-19. O governo tem discutido um pacote de socorro que inclui a flexibilização de condições para negociar dívidas tributárias e regulatórias com a União e uma linha de crédito no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, que teria o respaldo de um fundo garantidor em caso de inadimplência, mas os detalhes ainda não foram fechados. (Folhapress)

**21 MILHÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
SÃO PARTE DO PÚBLICO ALMEJADO PELO
PROGRAMA VOA BRASIL**

Sem resultado efetivo

Victor Ximenes victor.ximenes@svm.com.br

Mesmo antes de nascer, o programa Voa Brasil parece fadado à insignificância. Concebido pelo Governo Federal para baratear passagens aéreas, em um contexto no qual viajar de avião está para lá de caro, ao que tudo indica, o projeto será uma peça quase ficcional.

O cerne do programa, desde que foi anunciado, em março de 2023, seria baixar os preços dos bilhetes e isso, na prática, não será alcançado - o que já seria suficiente para questionar a própria existência de tal medida.

Passagens caras O Governo não tem gestão sobre preços de passagens aéreas. Esse mercado é livre e privado, e as companhias não têm motivos concretos para deflacioná-lo, sem que haja contrapartidas financeiras via subsídios.

Por sua vez, o Planalto não vai abrir os cofres para viabilizar a promessa petista de tornar as viagens de avião mais acessíveis. Após muitos adiamentos, a solução encontrada para não enterrar o programa - daquelas bem tupiniquins -foi criar uma espécie de agregador de voos baratos e destiná-los a públicos prioritários.

No entanto, esses voos com preços mais baixos (de até R\$ 200 o trecho), já existem, embora sejam raros. Pelo que se diz nos bastidores, diante do fracasso das negociações, o programa apenas criará uma plataforma para tentar reservá-los e beneficiar aposentados e estudantes do Prouni.

Trata-se de mais uma medida com cheiro de mofo, que emula as gestões Lula 1 e 2, quando as viagens aéreas passaram a se popularizar na Classe C. À época, com o crescimento da economia nacional e o avanço de programas de distribuição de renda, o acesso a essa tipo de viagem disparou, revolucionando o mercado doméstico. Isso acabou virando uma das marcas daquela gestão.

Ressalte-se, porém, que, àquela época, não houve qualquer programa para baratear passagens. O maior acesso aos aeroportos foi alcançado após o ganho considerável de renda de parte da população. Mas os tempos são outros.

Apelo nostálgico Algo semelhante foi tentado no ano passado, com o projeto que barateou carros zero km e

durou apenas pouco mais de um mês. Nos idos das primeiras empreitadas do PT na presidência, o barateamento de carros mediante redução de **impostos** federais era medida constante. Mas, de novo, os tempos são outros.

Retomar temáticas e ações bem-sucedidas no passado e simplesmente tentar ressuscitá-las nos tempos de hoje, com o interesse de despertar na população uma nostalgia vazia, mostra além de imensa falta de criatividade política, um descompromisso com a real solução de problemas e um paralelo afeto com pautas pouco efetivas e meramente populistas.

Programa do governo O lançamento do programa Voa Brasil, que iria assegurar passagens aéreas a R\$ 200 para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), começou em fevereiro, conforme informou, na oportunidade, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, nesta quarta-feira (24).

O ministro também informou, naquele momento, que o Governo estuda a criação de um fundo, com recursos de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões, para conceder empréstimos a companhias aéreas brasileiras. As operações serão realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que poderia ser uma parte dos incentivos. As ideias, entretanto, ainda não foram efetivadas.

"Já está em construção com o ministro [Fernando] Haddad [da Fazenda], com o presidente do BNDES, [Aloizio] Mercadante. Vamos apresentar ao País um fundo de financiamento da aviação brasileira, para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, ampliar investimentos na aviação", disse à época.

Segundo o ministro, isso inclui desde refinanciamento de dívidas quanto investimentos em manutenção, como também a compra de novas aeronaves.

Quem tem direito?

Segundo informações de Costa Filho à Agência Brasil, o programa é destinado, pelo menos no início, para aposentados pelo **INSS** que recebem até dois salários mínimos mensais (até R\$ 2.824) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O governo não controla os preços das passagens

aéreas. A redução de preço depende de subsídios
Resgatar programas antigos apenas com apelo
nostálgico revela falta de ideias para os novos
desafios

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Desigualdade é tema de debate no G20

Rafaela Gonçalves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comandará nesta semana a primeira reunião ministerial da Trilha de Finanças do G20 ? grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. No encontro, que será sediado em São Paulo entre quarta e quinta-feira, o governo brasileiro buscou usar sua presidência temporária do grupo para pautar discussões sobre redução de desigualdades e reforma de instituições multilaterais.

Uma das grandes apostas do chefe da equipe econômica é a proposta de tributação global de grandes fortunas. A agenda é vista como essencial para enfrentar os entraves econômicos da desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável. O tema, inclusive, é alvo de um dos grupos de trabalho do G20.

A cobrança de **impostos** dos "super-ricos" está prevista na Constituição brasileira, entretanto, o tributo nunca foi regulamentado, e a **reforma tributária** é a oportunidade de o país avançar na pauta. O Brasil deve propor ainda uma legislação internacional que regule a tributação sobre heranças. Entenda o que é G20 e veja a programação do encontro no Brasil nesta quarta. G20: Vieira diz que Brasil "não aceita" conflitos armados em Gaza e na Ucrânia. G20 manifesta apoio unânime contra conflitos em Gaza e Ucrânia, diz Vieira. Entre outros temas abordados na agenda lotada de eventos e encontros bilaterais, Haddad também vai tratar de questões relacionadas ao endividamento de países de baixa e média renda, bem como a reestruturação de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A reforma das instituições financeiras multilaterais já foi pauta de outras agendas internacionais do ministro ao longo do ano passado e será reforçada como uma forma de "atualizar a governança global para lidar com os desafios contemporâneos", sinalizou ele.

Delegações. Antes do encontro principal, ocorrerá a segunda reunião de deputies (representantes em nível vice-ministerial de finanças e bancos centrais), hoje e amanhã, no mesmo local. Durante o evento, o Ministério da Fazenda será representado pela embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais da pasta e coordenadora da Trilha de Finanças.

No âmbito do G20, estão previstas quatro sessões de

reuniões entre os ministros e presidentes de bancos centrais, com temas relacionados a desigualdade, crescimento, estabilidade financeira, tributação internacional e dívidas dos países. Os debates visam identificar melhores práticas para lidar com o aumento da dívida global, o financiamento para o desenvolvimento sustentável e as perspectivas do setor financeiro para os próximos anos.

Segundo a Fazenda, 27 delegações confirmaram presença, com nomes como a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen; o ministro de Finanças da Alemanha, Christian Lindner; o ministro da Economia da Argentina, Luis "Toto" Caputo; a ministra das Finanças da Indonésia, Sri Indrawati; e o comissário para o Comércio e Indústria da União Africana, Albert Muchanga.

Além deles, representantes de alto nível de 16 organizações e bancos internacionais também estarão no evento, como o presidente do Banco Mundial, Ajay Bang; a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva; a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento e ex-presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff; o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn; e o presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Jin Liqun.

O encontro será a primeira oportunidade de a equipe econômica apresentar suas credenciais e a marca que o Brasil pretende deixar ao passar pela presidência do grupo. Ao longo do ano, outros encontros serão realizados sobre diversas áreas até a cúpula em novembro, no Rio de Janeiro.

Uma agenda para o crescimento do País (Editorial)

O desempenho da economia brasileira tem surpreendido os analistas há algum tempo, e não foi diferente no ano passado.

De acordo com o Monitor do **PIB** (Produto Interno Bruto), apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), o País encerrou o ano de 2023 com um crescimento de 3%. Ainda que seja um resultado positivo, o indicador não reflete a percepção sobre o real estado da economia, e não é por acaso.

Apurado com base nas mesmas fontes de dados e metodologia utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo oficial das Contas Nacionais, o Monitor mostra que 30% desse desempenho se deveu à agropecuária, especialmente à soja cultivada na Região Centro-Sul do País. "Esse contexto mostra forte concentração setorial e regional e evidencia que o crescimento econômico não foi sentido de modo uniforme no País", informou a FGV.

Indústria e serviços até tiveram resultados positivos no ano passado, mas muito mais tímidos. O que preocupa é a baixa velocidade do crescimento da economia na passagem do terceiro para o quarto trimestre, de 0,1%; a certeza de que o agronegócio não repetirá o fantástico desempenho que teve neste ano; e a redução dos investimentos, de 3% em relação a 2022.

Diante desse quadro, a FGV projeta que o País deve crescer apenas 1,4% neste ano, enquanto a previsão do mercado é de 1,6%, segundo a mediana das expectativas do último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC). Porém, nem mesmo o Ministério da Fazenda arrisca um desempenho muito melhor e estima um avanço de 2,2%.

Independentemente do número que vier a ser alcançado, está claro, pelas projeções, que o País crescerá num ritmo muito aquém de suas necessidades e potencialidades. Ao Estadão, a economista e sócia da consultoria Tendências Alessandra Ribeiro calculou que o **PIB** deve avançar 2,4%, em média, nos próximos dez anos. Para proporcionar uma redução mais efetiva e expressa das desigualdades, o crescimento médio teria de superar os 3%, segundo ela.

É um desafio e tanto, considerando que isso só ocorreu duas vezes nos últimos dez anos - em 2013 e em 2021. Por outro lado, tampouco é impossível, sobretudo porque há um diagnóstico sobre os problemas que impedem a economia de crescer de maneira vigorosa: baixo nível de investimento, má qualidade da educação e produtividade estagnada.

Se não é fácil revertê-los no curto prazo, é fato que o País não tem alternativa, já que não pode mais contar com fatores que nos auxiliaram no passado, como o bônus demográfico e o êxodo rural.

Há uma relação clara entre a produtividade do trabalhador brasileiro e o nível de educação formal. A produtividade é baixa porque o trabalhador não tem qualificação, e a qualificação é ruim porque, antes dela, o ensino deixou a desejar. A poupança para alunos do ensino médio pode ajudar nesse aspecto, uma vez que a evasão escolar nessa etapa do ensino é muito elevada.

Manter as crianças na escola, no entanto, é apenas um primeiro passo. Como pontuou o professor do Insper e coordenador da Cátedra Ruth Cardoso, Naercio Menezes, não será possível sustentar a economia enquanto apenas a elite tem acesso a uma educação de qualidade, acessível somente a quem pode frequentar escolas particulares - com raras e célebres exceções, especialmente no Ceará.

Em relação ao investimento, é preciso apostar em projetos de lei que favoreçam o ambiente de negócios e no fortalecimento das agências reguladoras.

Com uma infraestrutura sofrível e investimentos que mal cobrem a depreciação e a manutenção dos ativos, o País não pode se dar ao luxo de flertar com a insegurança jurídica e a revisão intempestiva de contratos.

A promulgação da **reforma tributária** pode contribuir para estimular investimentos no médio e longo prazos, mas juros mais baixos só serão viáveis se o governo estiver de fato comprometido com as metas fiscais e com a busca do equilíbrio estrutural das contas públicas.

Gastar melhor - e naquilo que realmente importa -

talvez seja o maior e o mais urgente de nossos desafios.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Regulamentação da tributária terá 4 anteprojetos

Estevão Taiar De Brasília

Os grupos que elaboram a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo devem apresentar quatro anteprojetos, um a mais do que previsto inicialmente.

A ideia é que o novo texto trate das regras a serem aplicadas sobre o contencioso administrativo dos **tributos** envolvidos nas mudanças.

O desenho inicial prevê um primeiro anteprojeto, principal: uma espécie de Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de Estados e municípios, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência do governo federal. O segundo texto trata do Comitê Gestor do IBS. Já o terceiro aborda o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Os três abordam temas presentes na proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma, aprovada em 2023, e estão mantidos nos trabalhos.

No entanto, os grupos optaram por criar um quarto anteprojeto, com o objetivo de tratar do "processo administrativo fiscal" do IBS e da CBS. De forma simplificada, o texto tratará das regras a serem aplicadas sobre o contencioso administrativo dos **tributos**. Segundo uma fonte, a criação de mais um anteprojeto "é questão meramente técnica". Isso porque "a prática é tratar do processo administrativo fiscal em um dispositivo legal distinto do que institui e regulamenta os **tributos**", disse, referindo-se à Lei Geral.

Já o prazo para que os anteprojetos sejam apresentados, entre o fim de março e começo de abril, "em princípio permanece".

A fonte lembra que o debate técnico realizado neste momento é apenas a primeira etapa da regulamentação da reforma. Assim, a opção por "mandar vários projetos ou unificar os temas e mandar menos projetos é uma decisão política que ainda será tomada".

Criado em meados de janeiro, aproximadamente 20 dias depois da aprovação da PEC, o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PATRTC) é

o responsável pela elaboração dos textos. O PAT-RTC é formado por 19 grupos técnicos, que trabalham nos pontos da PEC que precisam ser regulamentados.

Conforme publicado pelo Valor, pelo menos 71 questões ainda estão pendentes dessa regulamentação.

Os grupos são temáticos, sendo que os assuntos vão desde Zona Franca de Manaus até cesta básica e "cashback". O governo federal tem até 18 de junho para apresentar os projetos finais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187799?page=1§ion=1>

Impacto do novo ICMS (Artigo)

Geovar Pereira

, Geovar Pereira

Apreensão é a palavra que define o dia a dia dos empresários do setor de comércio e serviços desde dezembro, mês em que foi anunciado o aumento da alíquota do ICMS em Goiás. De lá pra cá, a maior preocupação daqueles que estão na linha de frente das empresas é calcular os impactos deste acréscimo, que passará de 17% para 19%. Apesar de 2% parecer pouco, o percentual será responsável por um significativo aumento da carga tributária.

Além de colocar à prova o crescimento da economia local, a medida pode assinar o atestado de óbito de muitos negócios, principalmente os que se enquadram no Simples Nacional e que, em sua maioria, estão iniciando as operações e não têm condições de arcar com essa alíquota. Na outra ponta, o consumidor será penalizado. Por adquirir em larga escala produtos ofertados pela indústria, o varejo não terá outra opção a não ser repassar aos clientes essa conta.

E erra quem pensa que o impacto será apenas econômico. Com a redução da capacidade de investimento em expansão, inovação e contratação de novos funcionários, as demissões entram no radar como opção disponível perante a realidade que se abate sobre o setor produtivo. O resultado? Menos vagas de emprego, aumento da inadimplência, queda no consumo, desaquecimento no comércio e baixa na arrecadação de **impostos**. E o governo sabe bem que essa dinâmica é real.

Como entidade representativa do varejo goianiense, a CDL Goiânia recebe diariamente questionamentos de lojistas preocupados com estes e outros desdobramentos oriundos do novo percentual do ICMS. Juntamente com outras instituições que buscam transformar o ambiente de negócios na capital, fica claro que o momento não é favorável para o acréscimo e que a justificativa de recompor a tributação estadual em curto prazo para minimizar as possíveis perdas de arrecadação com o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) não é válida, conforme nota publicada no fim do ano passado pelo Ministério da Economia. O texto esclareceu que a **reforma tributária** não pode ser responsabilizada pelo aumento do ICMS, já que as Unidades da Federação terão liberdade para fixar a alíquota do IBS.

Talvez seja clichê apontar mais uma vez que

empreender no Brasil é tarefa árdua e um verdadeiro ato de coragem. Mas em face do momento, torna-se necessário rememorar. Elementos como a alta carga tributária, que figura como um dos principais obstáculos, tornando a gestão financeira complexa e onerosa, insegurança jurídica, com constantes mudanças em leis e regulamentações que atravancam o planejamento em longo prazo, e o cenário político instável são pontos que dificultam ainda mais a vida de quem deseja seguir no empreendedorismo.

Uma despesa a mais no caixa das empresas pode até ser encarada como pouco para quem não navega no mar incerto do mundo dos negócios. Mas, assim como em um barco com excesso de carga, uma empresa pode facilmente naufragar caso o peso dos **tributos** não seja ajustado de acordo com a real capacidade da embarcação.

Geovar Pereira, presidente da CDL Goiânia e vice-presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

Site: <https://opopular.com.br/digital/26-fevereiro-2024/1o-caderno>

Entidades pedem ao Ministério do Empreendedorismo melhorias no Simples Nacional

Organizações como a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACoN), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de São Paulo (SESCON-SP), Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) se reuniram com o Ministro do Empreendedorismo, Micro e Pequena Empresa (MEMP), Márcio França, para entregar documento com sugestões de melhoria do Simples Nacional. Entre os tópicos sugeridos, estão o apoio à prorrogação do prazo de adesão ao Simples Nacional para abril ou maio deste ano, tendo em vista as intermitências do eCac e do próprio portal do Simples durante o período de adesão. Outro ponto é sobre as correções dos limites de faturamento, extinção da obrigatoriedade dos sublimites e impactos da **reforma tributária**.

O presidente do SESCO--SP, Carlos Baptidão apresentou o documento. "Nossos pleitos se baseiam no empreendedorismo. São assuntos que o senhor (ministro) já vem tratando a fim de reduzir a complexidade no ambiente de negócios", explicou ele. O ministro Márcio França se mostrou aberto às sugestões e apontou que "é preciso ter organização e legislação. Isso nós vamos fazer ainda neste primeiro semestre para tornar o Brasil mais produtivo".

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/26-02-2024-edicao247612/>

Desigualdade de renda é tema de debate no G20 (Justiça fiscal)

Rafaela Gonçalves

+

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comandará nesta semana a primeira reunião ministerial da Trilha de Finanças do G20 - grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. No encontro, que será sediado em São Paulo entre quarta e quinta-feira, o governo brasileiro buscou usar sua presidência temporária do grupo para pautar discussões sobre redução de desigualdades e reforma de instituições multilaterais.

Uma das grandes apostas do chefe da equipe econômica é a proposta de tributação global de grandes fortunas. A agenda é vista como essencial para enfrentar os entraves econômicos da desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável. O tema, inclusive, é alvo de um dos grupos de trabalho do G20.

A cobrança de **impostos** dos super-ricos está prevista na Constituição brasileira, entretanto, o tributo nunca foi regulamentado, e a **reforma tributária** é a oportunidade de o país avançar na pauta. O Brasil deve propor ainda uma legislação internacional que regule a tributação sobre heranças.

Entre outros temas abordados na agenda lotada de eventos e encontros bilaterais, Haddad também vai tratar de questões relacionadas ao endividamento de países de baixa e média renda, bem como a reestruturação de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A reforma das instituições financeiras multilaterais já foi pauta de outras agendas internacionais do ministro ao longo do ano passado e será reforçada como uma forma de atualizar a governança global para lidar com os desafios contemporâneos, sinalizou ele.

Delegações

Antes do encontro principal, ocorrerá a segunda reunião de deputies (representantes em nível vice-ministerial de finanças e bancos centrais), hoje e amanhã, no mesmo local. Durante o evento, o Ministério da Fazenda será representado pela embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais da pasta e coordenadora da Trilha de Finanças.

No âmbito do G20, estão previstas quatro sessões de reuniões entre os ministros e presidentes de bancos centrais, com temas relacionados a desigualdade, crescimento, estabilidade financeira, tributação internacional e dívidas dos países. Os debates visam identificar melhores práticas para lidar com o aumento da dívida global, o financiamento para o desenvolvimento sustentável e as perspectivas do setor financeiro para os próximos anos.

Segundo a Fazenda, 27 delegações confirmaram presença, com nomes como a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen; o ministro de Finanças da Alemanha, Christian Lindner; o ministro da Economia da Argentina, Luis Toto Caputo; a ministra das Finanças da Indonésia, Sri Indrawati; e o comissário para o Comércio e Indústria da União Africana, Albert Muchanga.

Além deles, representantes de alto nível de 16 organizações e bancos internacionais também estarão no evento, como o presidente do Banco Mundial, Ajay Bang; a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva; a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento e ex-presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff; o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn; e o presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Jin Liqueun.

O encontro será a primeira oportunidade de a equipe econômica apresentar suas credenciais e a marca que o Brasil pretende deixar ao passar pela presidência do grupo. Ao longo do ano, outros encontros serão realizados sobre diversas áreas até a cúpula em novembro, no Rio de Janeiro.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/02/6808526-desigualdade-de-renda-e-tema-de-debate-no-g20.html>

A preocupante regulamentação da reforma tributária

Felipe Salto *Colunista do UOL* 26/02/2024 04h00

A promulgação da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, foi apenas o primeiro passo da chamada **reforma tributária** do consumo. Megalômana, a proposta deixou muitas pontas soltas e, agora, na sua regulamentação, o governo tem um desafio enorme. Dificilmente, será superado com sucesso, como mostrarei.

Há uma série de problemas a serem tratados nos projetos de lei complementar a serem apresentados pelo governo para regulamentar a Emenda 132.

O Comitê Gestor do IBS precisará de uma lei à parte, sem mencionar o tratamento das exceções e regimes específicos, além das isenções. Outro problema é o que fazer com o Imposto Seletivo, que substituirá o IPI e tende a ser gigantesco, em termos arrecadatórios, se limitações não forem impostas por lei.

Os fundos, principalmente o Fundo de Compensação pelo Fim dos Incentivos do ICMS, vão precisar de um tratamento cuidadoso, mas lembrando que os anéis já foram embora com vários dedos. Isso se deu ao longo da própria tramitação da PEC, sendo o custo, apenas até 2043, da ordem de R\$ 800 bilhões. Essa fatura já está espetada no Tesouro Nacional.

E a guerra fiscal, por sua vez, como ficará? O ICMS vai continuar na origem e no destino até 2032. Os incentivos e, portanto, a guerra fiscal, seguirão a pleno vapor. A ineficiência associada a esse processo, com a qual se prometia acabar na fantasiosa simplificação, permanecerá.

Vale dizer, o IBS e a CBS terão de ser regulamentados para funcionarem de modo siamês, sem distorções ou, pelo menos, com o mínimo de discrepâncias entre suas regras. Afinal, têm a mesma base, são o mesmo, com a diferença de que um estará nas mãos da União e o outro, nas mãos do Comitê Gestor, uma entidade inconstitucional.

Como se vê, muitos temas estão em aberto e pouco se escuta, do Secretário Especial da **Reforma Tributária**, como se dará esse processo. Exige-se de todos um exercício de fé: "acreditem, tudo dará certo".

É curioso que o método parece ser sempre o mesmo:

pegar a opinião pública de surpresa para evitar o debate. Foi o que aconteceu no ano passado com os textos da PEC nº 45, que vinham à tona na undécima hora. Críticas eram ignoradas, ou melhor dizendo, entravam por um ouvido e saíam imediatamente pelo outro.

Nessa questão da regulamentação, em que diversos projetos de lei complementar precisam ser forjados, criaram-se grupos de trabalho para inglês ver, com os estados quase sem representação à altura. Vão fingir que escutam as ideias e preocupações dos entes subnacionais, mas, na prática, atropelarão, novamente, o bom senso, munidos de ideias oriundas das cacholas dos técnicos da Secretaria Especial. Que bom seria se ouvissem mais a outra Secretaria, a da **Receita Federal**, dada sua experiência prática na matéria! Nem ela, nem os fiscos com ampla tradição no debate sobre a **reforma tributária** foram ouvidos.

É uma pena, porque poderíamos ter construído uma proposta de reforma efetiva, com chances de melhorar o sistema. Mas, para isso, seria preciso ter adotado um caminho mais modesto, a começar pelo ataque aos conhecidos problemas do ICMS.

O primeiro são as alíquotas interestaduais, que ensejam a guerra fiscal, já que os benefícios são concedidos com base nisso. O segundo, o critério físico na apuração dos créditos tributários. Duas questões que poderiam ter sido alteradas no campo infraconstitucional.

Temo que, logo, logo, acabe sendo preciso fazer uma contrarreforma tributária, tamanho o desafio para regulamentar o monstro fabricado pela Emenda 132. Para ter claro: o IBS só começa, para valer, em 2033. É que se concebeu uma transição estranha, começando em 2029 (antes, haverá uma alíquota de 0,1%, com o estrito objetivo de angariar recursos para financiar o magnânimo Comitê Gestor do IBS), perdurando até 2032.

Lá em 2032, o ICMS ainda ostentará alíquotas equivalentes a 60% das atuais. A chance de dar errado é altíssima. Qual é a real intenção de encerrar o referido imposto, se, às vésperas da sua morte, as alíquotas ainda estarão nas alturas? A probabilidade maior, a meu ver, é de que se posterguem os prazos. Alguém proporá, não tenho dúvida, a extensão do

período de transição. Escrevam e me cobrem.

Enquanto isso, ficaremos às voltas com a explosão do contencioso tributário, na presença de **tributos** novos e velhos confluindo para gerar uma miríade de questionamentos relacionados, por exemplo, às exceções, à gestão do imposto, à lógica da fiscalização e do tratamento dos conflitos entre fisco e contribuintes. Isso para listar apenas alguns.

Pergunto, ainda: até agora, mesmo com a Emenda 132 promulgada, não se conhece o sistema que vai a todos governar, por meio do Comitê Gestor, o tal algoritmo superpoderoso. É porque ele não existe, caro leitor. É como a roupa nova do imperador, lembram-se? Aquela que era tão bela e valiosa, mas que na verdade não existia. O rei estava nu, como está esse sistema, que nasce falido, chamado IBS.

Perde-se a oportunidade de uso adequado do precioso tempo do Governo Lula , que começou bem em várias áreas, como na aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar nº 200/2023) e na agenda de recuperação de receitas. Nesta, aliás, destaco o fim da subvenção automática baseada nos benefícios fiscais do ICMS e a tributação dos fundos fechados e dos investimentos offshore.

Finalmente, lembro que 2024 é um ano mais curto, do ponto de vista da atividade legislativa "líquida", dadas a natural atenção e a grande concentração de esforços políticos nas eleições municipais. Vamos aguardar os projetos de lei complementar para voltar à carga com novos artigos neste espaço. Por ora, nada se sabe sobre eles, a não ser o óbvio: não vão funcionar.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2024/02/26/a-preocupante-regulamentacao-da-reforma-tributaria.htm>

Ajuste fiscal deve ser postergado (Artigo)

Roberto Padovani

Roberto Padovani é economista-chefe do BV.

A divulgação do resultado das contas públicas de 2023 mostra que a questão fiscal continua sendo a principal vulnerabilidade econômica do país. Mais importante, o ambiente econômico e político incentiva a manutenção dos estímulos de política, o que tende a agravar a situação à frente.

Apesar de esperada, a deterioração de 2023 foi um sinal preocupante.

O crescimento melhor que o esperado do **PIB** não impediu que a receita líquida do governo central recuasse. Não se confirmaram as avaliações mais otimistas de que haveria uma mudança estrutural na arrecadação que permitiria ampliar o espaço para o gasto público. Com a queda real nos preços de commodities e o uso de crédito tributário, a receita recuou 2% em termos reais, depois de um crescimento de 21% em 2021 e 8% em 2022.

Do lado das despesas, algum realinhamento de recursos fazia sentido depois de vários anos de represamento. A agenda de ajuste fiscal já apresentava sinais de esgotamento e o resultado eleitoral apenas reforçou a preferência social e ideológica por mais Estado e gasto público observada após a pandemia. Mesmo assim, a alta de 12% acima da **inflação** foi uma das maiores nos últimos 20 anos. Com aumentos generalizados e permanentes, a despesa como proporção do **PIB** saltou de 17% para quase 20%.

A combinação de queda na receita e aumento da despesa explica a reversão do resultado primário do governo central, que saiu de um superávit de R\$ 46 bilhões em 2022 para um déficit de R\$ 230 bilhões em 2023. Ao interromper a trajetória de melhoria registrada a partir de 2016, a dívida bruta voltou a subir depois do recuo de 2021 e 2022.

Os números fiscais de 2023, no entanto, contam apenas parte da história. Os desafios à frente são igualmente preocupantes e, por isso, a confiança no ajuste é baixa.

Será preciso um volume significativo de recursos até 2026 para alcançar as metas propostas.

As diversas medidas anunciadas do lado da receita

ajudam, mas não representam um sinal forte que ancore as expectativas.

Além de muitas receitas não serem recorrentes, a estratégia é pouco transparente e depende de eventos de difícil estimativa e antecipação, como decisões judiciais, revisão de isenções, novos **impostos** e recebíveis de petróleo.

Mais importante, mesmo que haja sucesso em alcançar as metas, o esforço seria insuficiente para estabilizar a dívida, cuja dinâmica é determinada por seu nível elevado e pelo fato de os juros reais serem maiores que a capacidade de a economia crescer.

O ponto é que não há bala de prata ou saída mágica. Sem um novo ciclo global de commodities e apoio da sociedade para mais aumento de **impostos**, a receita como proporção do **PIB** dificilmente irá se manter muito acima da média histórica de 18%. Não por outro motivo, os últimos anos construíram um consenso de que o equilíbrio fiscal depende mais do controle da despesa que da receita.

Isso não significa que corrigir gastos seja tarefa simples. A piora das contas públicas ocorre em um momento de experiências ruins e mudança de regras. Os últimos anos explicitaram a dificuldade política de se respeitar limites de gastos e controlar despesas obrigatórias. Além disso, o desempenho das contas do governo em 2023 mantém viva na memória a gestão do período de 2006 a 2014, quando a despesa cresceu em termos reais a um ritmo anual médio próximo a 7,5%.

O contexto político atual também reduz as chances de uma mudança de estratégia. Tradicionalmente, os inícios de mandatos são marcados por medidas mais duras de organização das contas públicas, o que abre espaço para aumento dos gastos no ciclo eleitoral seguinte. O trabalho seminal de William Nordhaus de 1975 sobre o ciclo político dos negócios mostra que as gestões fiscais e monetárias podem ter como objetivo estimular a economia no curto prazo, seguindo o calendário das eleições.

Não foi o que se observou em 2023 e a opção foi por mais gasto no início do governo para reduzir as tensões políticas no País. Esta inversão, no entanto, não garante que os ajustes irão ocorrer durante os ciclos eleitorais de 2024 e 2026.

Da mesma forma, a economia e os mercados

financeiros são hoje uma restrição fraca às escolhas de política. Os dados do FMI indicam que, com a pandemia, houve uma piora fiscal generalizada no mundo.

Ainda que o caso norte-americano seja destaque, os países emergentes apresentam maior dificuldade de ajuste.

Neste ambiente, o Brasil não é visto como a pior história. Além das reformas feitas nos últimos anos, **inflação** e juros estão em queda, o desempenho das contas externas é positivo e o crescimento tem sido recorrentemente melhor que o esperado após a pandemia.

Com isso, a deterioração fiscal não implica uma crise aberta de curto prazo, como foi o caso em 2015.

O que a expansão do gasto faz é definir novos patamares de equilíbrio para **inflação** e juros, limitando o crescimento e tornando o país vulnerável a choques. Mas como estes fatores são abstratos, dificilmente representam um constrangimento político imediato que incentive uma rápida reorientação das despesas.

Neste caso, baixo crescimento global, contexto político doméstico e leniência dos mercados fazem com que o déficit seja também de credibilidade, mesmo com o governo mostrando intenção em elevar receitas e equilibrar suas contas. Será preciso construir reputação para convencer que as regras fiscais serão mantidas ao longo do tempo, permitindo superávits crescentes e mostrando capacidade financeira e política para limitar o endividamento público.

Não por outro motivo, a mediana das projeções de mercado coletadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda indicam resultados primários insuficientes para estabilizar a dívida, que pode subir cerca de 20 pontos percentuais como proporção do **PIB** ao longo da próxima década e voltar para os patamares recordes de 2020, pior momento da pandemia.

Embora haja hoje mais instrumentos para correção de rumos, como Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco mostraram em trabalho recente, os incentivos correntes são no sentido de manter os estímulos por mais tempo que o necessário. Sem custos políticos e legais, o governo tem reforçado sua preferência pelo gradualismo, o que reduz a probabilidade de contingenciamentos e eleva a de mudança de metas.

Esta decisão, porém, tem custos.

Ao postergar os ajustes, a dívida pressiona os juros,

reduz o crescimento e cria um círculo vicioso.

Portanto, ainda que a estratégia fiscal tenha tido sucesso em impedir uma crise de curto prazo, o tema da dívida pública é grave e deve dominar o debate dos próximos anos.

Cenário econômico e poucos incentivos políticos reduzem chances de reorientação da estratégia fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187799?page=1§ion=1>

Para onde vai o dinheiro arrecadado com o Imposto de Renda?

Os **impostos** são **tributos** que nós devemos repassar ao Estado, ou qualquer entidade que o represente. Caso não paguemos, podemos sofrer com sanções civis e até penais. Teoricamente, os **impostos** são revertidos para nosso próprio usufruto, ao menos em tese, já que o valor arrecadado não parece estar sendo bem aplicado.

Dentre todos os que são pagos, o Imposto de Renda é o mais conhecido. E com certeza, em algum momento, quem o paga já se perguntou para onde vai esse dinheiro. Além disso, sempre que o período de declaração se aproxima essa dúvida ressurgue.

A resposta é que assim como todo imposto, o Imposto de Renda não pode ser destinado a uma despesa específica. Por conta disso que o dinheiro que é arrecadado com ele vai para o caixa geral, o Tesouro Nacional, e depois é distribuído para as despesas públicas gerais.

"O caixa público segue o que está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), que define um ano antes como

será gasto o orçamento no calendário seguinte", disse Anderson Costa de Souza, professor de MBA da FGV.

PARA ONDE VAI?

Então, o dinheiro arrecadado é dividido meio a meio. Sendo que metade vai para a União e o resto é dividido assim:

21,5% para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 25,5% para o Fundo de Participação dos Municípios; 3% são aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Por mais que exista essa divisão, não é possível saber quanto dinheiro é destinado para cada uma das áreas. O que se sabe é somente que ele é usado para custear os gastos públicos nos mais variados âmbitos.

"O que a gente sabe é que esse dinheiro vai para algum lugar do Estado. Pode ser desde para pagar a comida do presidente no Palácio, até para construir um hospital. Depois que ele chega ao Tesouro, é repartido em dotação

orçamentária, quando é separado para cada área, como saúde, educação, entre outros", explicou Roberto Quiro-ga, membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/SP.

O dinheiro que é repassado para os estados e municípios é destinado para arcar com as despesas da máquina pública. Além disso, ele também é usado para oferecer a estrutura que a população precisa em áreas como saúde, educação, cultura, lazer, e demais serviços públicos.

"O rateio da receita proveniente da arrecadação de **impostos** entre os entes federados é um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca para promover o equilíbrio socioeco-nômico entre Estados e Municípios", disse João Eloi Olenike, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

IMPOSTO

Temos vários **impostos** a serem pagos, e as pessoas trabalham muito tempo para pagá-los. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), os brasileiros trabalham, em média, 149 dias, ou seja, cinco meses, para pagar **impostos**. Esse tempo é maior do que a média entre os países da América Latina. Para se ter uma ideia, a quantidade de tempo trabalhado para pagar **impostos** na Argentina é de 134 dias, no Uruguai, 84, e no Chile, 68 dias.

A cobrança dos **impostos** é feita sobre a renda, os serviços, os produtos, as mercadorias e as operações financeiras. Segundo o Impostômetro, em 2021, foram arrecadados cerca de R\$ 2,59 trilhões em **tributos**. Esse valor representa todas as riquezas que foram produzidas no Brasil.

Para se ter uma noção, para cada um real que o trabalhador produz, o governo fica com 33 centavos, teoricamente, para investir em educação, saúde, habitação, segurança pública, saneamento, infraestrutura, geração de empregos, inclusão social, entre outros.

Em nosso país, o que se paga se divide em **impostos** diretos, como por exemplo, o Imposto de Renda, ou

indiretos, que são os embutidos nos preços de produtos e serviços.

Em 2021, a carga tributária, que é a soma da arrecadação federal, estadual e municipal, chegou a 33,90% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. E um terço desse valor é recolhido pelo Governo para integrar as contas públicas e financiar projetos em áreas como saúde, educação, cultura, segurança, transporte, desenvolvimento social e outras áreas.

Contudo, nós vemos que essa não é a realidade. Nesse sentido, o estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostrou que o Brasil está em 30º lugar dos países que os **impostos** dão mais bem-estar para a sociedade. Nós perdemos para a Argentina e Uruguai nesse ranking.

Nosso país é cheio de **impostos** e segundo o Impostômetro, o Brasil arrecadou, em 2020, R\$ 2,05 trilhões em **impostos**. Ano passado, essa arrecadação subiu para R\$ 2,59 trilhões. E, até agosto de 2022, já haviam sido arrecadados mais de R\$ 1,7 trilhões.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Jornal-A-Gazeta-AP-25-02-2024.pdf>

Perda - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

O Estado do Pará e, particularmente, a sua capital Belém, perderam um incontestável defensor dos direitos da pessoa idosa. Sua atuação como representante desse contingente de pessoas o fez um incentivador e idealizador na criação da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil (AFABB), deixando um legado de realizações reconhecidas por todos os seus companheiros da área bancária. Além da atuação na AFABB, participou ativamente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará (FAAPPA) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI), marcando a sua presença como presidente. Registra-se neste momento o nosso agradecimento e adeus a José Eduardo Barbosa Portes.

HARMONIA Aposentados, pensionistas e pessoas idosas ficam na expectativa de ver realizadas as promessas do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, em relação à harmonia que deve, obrigatoriamente, existir entre os Poderes da República, cumprindo-se dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 2º: "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Será uma grande e insofismável conquista para a sociedade brasileira, favorecendo e possibilitando a solução de problemas que afligem a população e dependem de ações efetivas e de plena harmonia dos seus dirigentes.

RECEITA Pelo que sabemos, a receita do Governo Federal bateu recorde em janeiro de 2024, crescendo 6,67%, representando uma arrecadação de R\$280,6 bilhões. É um montante significativo que, espera-se, seja devolvido à população na aplicação exclusiva dos serviços essenciais, principalmente saúde, educação e segurança, áreas que devem ser consideradas com prioridade. O aumento dessa arrecadação vem a confirmar o compromisso que tem o contribuinte para com o Estado, recolhendo os **tributos**, conforme dispõe a **legislação tributária**.

Torna-se imprescindível a utilização desses recursos financeiros nas atividades indicadas, a fim de atender e favorecer um considerável contingente de cidadãos brasileiros.

EDUCAÇÃO A educação, na opinião dos aposentados e pensionistas tem que ser prioridade. E isto é confirmado com os resultados auferidos no censo formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicando que 9 (nove) milhões de brasileiros não concluíram o ensino médio. Oportuna a repetição do que nos afirma o professor, educador e ex-ministro da educação Cristovam Buarque: "Educação é o melhor passaporte para a inclusão e o grau de educação de um povo é o que indica o quanto este é rico ou pobre". Não há, portanto, melhor referência para se investir, maciçamente, na área educacional.

O ensino, em todos os níveis, fundamental, médio e superior há de ser a prioridade.

SAÚDE A vida tem que ser preservada a qualquer preço.

Não podemos nem devemos nos descuidar de mantê-la com os cuidados necessários. Para tanto precisamos ficar atentos para não sermos atacados com doenças que só prejudicam a nossa saúde. É o caso do covid-19 e da dengue. Esta se alastrando por todo o território nacional, chegando em alguns Estados da Federação como epidemia. Não podemos facilitar. É uma doença agressiva que pode levar a óbito, não havendo os cuidados higiênicos necessários. Temos que seguir, obrigatoriamente, a orientação transmitida pela autoridade sanitária. Facilitar com a doença pode causar o inesperado, com desfecho desolador.

PL-4434/2008 A aprovação do Projeto de lei número 4434 de 2008 é uma reivindicação dos Aposentados e Pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Não podemos prescindir desta reivindicação.

É um direito assegurado na Constituição que consagra, ressaltamos, o reajustamento dos benefícios (aposentadorias e pensões) para preservá-los em caráter permanente, o valor real (artigo 201, parágrafo 4º).

ENVELHECER "É possível retardar o envelhecimento?"

Sim, é. Dieta saudável, exercícios, atividades agradáveis prolongam nossa juventude e nosso bem-estar" (Livro: Saber Envelhecer).

Site:

[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login&edicao=132593](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132593)

Marinho acumula promessas que não saem do papel

O ministro Luiz Marinho realizou promessas no primeiro ano à frente do Ministério do Trabalho que ainda não conseguiu tirar do papel. Na lista, estão a regulamentação de trabalhadores por aplicativo, que ele próprio já classificou como "semiescravo", mudanças nas regras do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e pontos da reforma trabalhista.

A garantia de regras trabalhistas e previdenciárias para plataformas de serviços foi tema amplamente discutido desde a campanha eleitoral. O próprio presidente Lula (PT) cita as difíceis condições desses trabalhadores em alguns dos discursos. "As empresas de aplicativo exploram os trabalhadores como jamais em outro momento na história os trabalhadores foram explorados", afirmou o petista em uma dessas manifestações.

O governo realiza mesas de negociação entre entidades sindicais e das empresas de aplicativo, mas até hoje não chegaram a acordo sobre a regulamentação. No final do ano passado, Marinho participou da live semanal de Lula, Conversa com o Presidente, em que disse haver dificuldades para fechar redação da proposta que regulamenta a atividade desses trabalhadores.

"Com o transporte de pessoas, o acordo está formalizado do ponto de vista dos valores, dos procedimentos, do conceito. Nós estamos com muita dificuldade para fechar a redação do acordo porque na prática será o projeto para submeter ao Parlamento para virar lei", afirmou o ministro, em 5 de dezembro passado.

Ele repetiu ainda que não haveria acordo em relação aos trabalhadores de aplicativos que fazem entrega, mas que uma proposta deve ser encaminhada mesmo assim, ainda que não tenha dado prazo. A primeira vez que o ministro prometeu um desfecho para o tema foi durante a posse dele, em janeiro de 2023, quando disse que resolveria ainda no primeiro semestre do mandato de Lula.

Na ocasião, Marinho também disse que entregaria ao Congresso Nacional nos meses seguintes uma política de valorização permanente do salário mínimo, o que de fato ocorreu. O presidente sancionou a medida com a política de reajustes acima da **inflação**, em agosto.

Também durante a live de final de ano, ao lado de Lula, o ministro pediu "desculpas" aos trabalhadores que foram demitidos e não conseguiram sacar o **FGTS** por adesão ao **saque-aniversário** do Fundo. Na ocasião, disse que ainda não tinha sido possível concluir a proposta que muda as regras dessa modalidade. O problema até o momento não foi resolvido.

Outro tema sensível no governo é a revisão de trechos da reforma trabalhista. Auxiliares de Lula negam que seja uma prioridade da gestão petista, mas o ministro já defendeu isso publicamente em diferentes ocasiões. Desde a posse, Marinho descarta uma revogação completa da reforma, mas defende rever trechos, como o que trata da terceirização.

Uma preocupação na discussão do tema é com o custeio do movimento sindical e a autorregulação da estrutura sindical, assuntos em discussão também entre as entidades trabalhistas e patronais. Segundo o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, a dificuldade em chegar a consensos nas negociações se deu porque as empresas estiveram menos flexíveis durante as negociações, em todos os temas.

Patah espera ver desfecho até abril, inclusive sobre a regulamentação dos serviços por aplicativos. A expectativa das centrais é poder exaltar tais conquistas nos atos de 1º de maio, Dia do Trabalhador. "Já imaginávamos que fosse difícil, mas foi mais. Mesmo assim temos que estar valorizando esse diálogo, sem isso não vai sair nada do papel", disse.

Procurado, o Ministério do Trabalho não se manifestou sobre as promessas não cumpridas de Marinho.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/26-02-2024-edicao247612/>

A jornada para o déficit zero - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

A jornada em busca do déficit zero é tão importante quanto o próprio destino. Atingir essa meta, que os economistas consideram ambiciosa, exige paradoxalmente humildade e perseverança.

O principal desse processo é conquistar a consciência de que as grandes vitórias numa democracia se constroem com as experiências que se acumulam, passo a passo, na luta diária de convencimento e negociação com a sociedade.

Monitorar as contas públicas, agir com transparência em relação ao mercado e apresentar disposição para correções e ajustes são pilares de uma boa administração do Orçamento da União.

É consenso entre os analistas que o ponto nevrálgico para a credibilidade da economia brasileira é o controle das contas públicas.

Trata-se de uma característica histórica, que de tempos em tempos se torna mais acentuada.

Ao longo dos anos, diversas medidas foram adotadas para controlar o déficit público e em consequência evitar o descontrole da dívida da União, com diferentes graus de sucesso.

No ano passado, foi sancionado o arcabouço fiscal, que impõe controle de despesas e metas fiscais. Ele é reconhecido como o conjunto de medidas mais relevantes nessa área nos últimos anos. Perseguir e atingir o déficit zero é a garantia de que o governo do Brasil cumpre compromissos.

O resultado dessa jornada é agregar credibilidade e previsibilidade à política econômica conforme as etapas são cumpridas.

O FMI e a mediana dos analistas do Boletim Focus, do Banco Central, apontam que o déficit zero será alcançado mais à frente.

Dessa expectativa sobressai o fato de que essa meta é um balizador que veio para ficar.

Os agentes do mercado já beneficiam o Brasil pelo declarado propósito. No ano passado, as três principais agências de classificação de risco, S P, Fitch e Moody's, melhoraram as notas de crédito e de

risco soberano do País. O avanço nos ratings torna menor o custo de captações externas para empresas brasileiras e maior o incentivo para que companhias estrangeiras invistam aqui.

Com uma dinâmica mais consistente da dívida pública, é lícito esperar o arrefecimento das taxas de **inflação** e de juros e a alta das expectativas de crescimento.

Um efeito paralelo é o de que a melhora da estrutura do endividamento do governo reduza os prêmios de risco e torne menos custoso rolar a dívida pública. Vantagens que indicam que trilhar o caminho do déficit zero é um ciclo virtuoso.

*

Sentiremos falta do economista Affonso Celso Pastore nesse espaço. Seu legado ao pensamento econômico brasileiro é um guia para todos nós.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com Ibovespa em queda, analistas traçam perspectivas para este ano

ISAAC DE OLIVEIRA ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

Após encerrar 2023 com um fôlego que não era visto desde 2019, com ganho anual de 22,28%, o Ibovespa reduziu a marcha neste ano. Neste fim de fevereiro, a principal referência da B3 ainda não conseguiu restabelecer o patamar de pontuação e rumar para as projeções mais animadoras, como a da corretora Monte Bravo, apontando que o índice poderia encerrar 2024 na casa dos 170 mil pontos.

Na sexta-feira passada, o Ibovespa caiu 0,63%, aos 129.418,73 pontos, um recuo anual de 3,55%. Embora permaneça acima dos 128.698,28 pontos com que encerrou janeiro, a faixa segue abaixo da marca mais alta de 2023, quando bateu nos 134.193,72 pontos, em 28 de dezembro.

Instituições do mercado financeiro que monitoram o índice veem o Ibovespa capaz de atingir um amplo espectro de patamar no fim deste ano, que vai da estimativa mais tímida, de 138 mil pontos (estabelecida pela Ativa Investimentos) até a mais otimista, de 170 mil pontos.

Na leitura de analistas consultados pelo E-Investidor, a onda positiva do Ibovespa dependerá do movimento de queda nos juros no Brasil e, possivelmente, nos Estados Unidos.

"O cenário de queda de juros vai influenciar o mercado doméstico e internacional.

Historicamente, nos anos de queda nos juros, o Ibovespa subiu. Estatisticamente, é um indicador bem forte e sinaliza a probabilidade do índice fechar no positivo", avalia Leonardo Piovesan, CNPI e analista fundamentalista da Quantzed.

Filipe Villegas, estrategista de ações da Genial Investimentos, concorda e se diz otimista com a política do Banco Central (BC) para os juros e o controle da **inflação**. "A condução do Copom em torno da flexibilização dos juros no Brasil é um fator que vai depender da **inflação** no Brasil, que eu ainda não vejo ser problema.

Vai depender da questão fiscal brasileira, que, apesar do mercado ter se estressado no início do ano, para mim, também ainda não é um problema", diz Villegas.

FATOR EUA. A política monetária nos Estados Unidos é outro fator que pode ajudar a Bolsa brasileira, na avaliação dos analistas.

Henrique Castro, professor de finanças da FGV EESP, afirma que o fato de a queda de juros - continuando no Brasil e podendo começar nos Estados Unidos - não ser ação resultante de uma recessão é "um ótimo sinal".

"A queda de juros baixa o endividamento das empresas traz mais resultado para os negócios, aumenta o valor de mercado dessas firmas e atrai investidores para a Bolsa", diz Castro. "Outro ponto é a questão fiscal, por parte do governo, e as reformas, que acabam criando um cenário mais estável para o crescimento das empresas, com uma perspectiva de um ano mais calmo." **PIB**. Outro fator que tende a favorecer uma escalada do Ibovespa é o otimismo com a atividade econômica, que deve fortalecer os resultados das companhias em 2024. "O Produto Interno Bruto tem surpreendido positivamente há vários trimestres. Uma economia mais forte, se recuperando bem, ajuda na projeção de lucro das empresas", diz Piovesan.

Castro, professor da FGV, diz que o mercado tem perspectivas de crescimento da economia, ainda que em ritmo menor do que o registrado em 2023. "O Brasil vem nos últimos trimestres tendo um crescimento um pouco acima do esperado pelos analistas. O que é sempre uma boa notícia. A perspectiva de crescimento para 2024 é positiva e, para 2025 e 2026, ainda melhor." **SETORES**. Além do agronegócio brasileiro, o professor da FGV diz acreditar que o setor financeiro deverá se destacar entre as empresas da B3, assim como ações mais ligadas às commodities.

Piovesan está otimista com o setor de petróleo, especificamente com as junior oils, como Enauta e a Prio. "Essas empresas têm possibilidade de superar a performance da Petrobras.

O setor como um todo tem sido negligenciado", diz.

O analista da Quantzed, que não cita preços-alvo, afirma que o setor de construção civil é outro que deve ir bem em 2024. Para ele, os segmentos de média e

alta renda vão ter recuperação de retorno sobre o patrimônio (ROE) em relação a 2023 e serão beneficiados pela queda de juros.

A preferência dele é por Moura Dubeux.

"Adiciono o setor de varejo, mas focado em vestuário.

Algumas dessas empresas estão bem amassadas em valuation (valor do ativo). O setor foi impactado nos últimos anos. Pode ter recuperação mais generalizada com a recuperação de vendas e margens.

Sobretudo as empresas com um braço financeiro bem relevante", diz Piovesan, citando Guararapes e Lojas Renner.

Pedro Serra, chefe de pesquisas da Ativa Investimentos, destaca Suzano no setor de matérias-primas, que pode se beneficiar com a retomada do preço da celulose. Entre os bancos, a preferência é Banco do Brasil, seguido por Itaú. Já no varejo, o foco é consumo, com Arezzo e Renner entre as indicadas. "Elas podem começar a ter uma melhora com o apetite do consumidor neste ano", avalia. Na construção civil, o analista destaca EZtec. Em educação, a recomendação é Yduqs.

"Ela tem uma tendência interessante.

Andou bem. Tem um valor do ativo esticado, mas vemos com bons olhos um ano de recuperação em base de alunos e crescimento do tíquete médio de produtos".

Em outros setores, Serra cita Copel, Sabesp e Assaí.

Desaceleração Após encerrar 2023 com ganho anual de 22,28%, o Ibovespa reduziu a marcha neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Onde investir após novas regras para LCAs e LCIs?

JÚLIA LEWGOY *economia@oglobo.com.br* -

As novas regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) para Letras de Crédito Agrícola (LCAs) e Imobiliário (LCIs) deve reduzir a oferta desses papéis, isentos de Imposto de Renda. E agora, onde investir? Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos DI e Tesouro Selic são alternativas para sacar o valor a qualquer momento, mas há mais opções se a prioridade é a remuneração.

Espera-se queda de 30% na oferta de papéis isentos e redução das taxas de rendimento.

O prazo de carência, período em que não se pode mexer na aplicação, aumentou de três para nove meses, no caso das LCAs, e para 12 meses, no caso das LCIs. As mudanças só valem para novos papéis.

Esses investimentos conquistaram os investidores nos últimos anos. Em 2023, o volume de papéis isentos saltou 37%, e o estoque ultrapassou R\$ 1 trilhão. Esses títulos representavam segurança, liquidez e juros altos, com a Selic acima de 11% ao ano e isenção de IR.

As LCAs e LCIs eram opção para reserva de emergência, mas isso acabou com a necessidade de esperar nove ou 12 meses para resgatar os recursos.

As alternativas são CDBs, fundos DI ou Tesouro Selic, cada um com seus benefícios e desvantagens.

Para a reserva de emergência, Lais Costa, analista da Empiricus Research, recomenda o Tesouro Selic, papel do Tesouro Direto atrelado à taxa básica de juros. Contudo, há cobrança de taxa de custódia semestral de 0,20% a partir de R\$ 10 mil.

Outras opções são os fundos DI, que compram majoritariamente títulos de risco baixo, atrelados ao CDI ou à Selic.

Prefira os que não cobram taxa de administração e os que não limitam o investimento até um determinado valor, o que está cada vez mais raro.

Há ainda os CDBs, também emitidos pelos bancos. Mas atenção: nem todo CDB funciona para uma reserva de emergência.

Ele deve ter liquidez diária e render pelo menos 100% do CDI (ao redor da Selic).

Apesar de ser coberto pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), recomenda-se optar por um CDB de um grande banco, mais sólido.

-É comum CDBs terem liquidez diária e oferecerem mais do que 100% do CDI, mas terem risco maior por não serem emitidos por bancos com boa saúde financeira - diz Rodrigo Caetano, da Toro Investimentos.

TAXAS DE ATÉ 70% DO CDI Ana Bottaro, da AF Invest, afirma que os CDBs são interessantes e devem continuar sendo emitidos normalmente.

Mas ressalta que o investidor precisa tomar cuidado com a qualidade do banco emissor.

Para quem está preocupado com a remuneração, a indicação é investir em LCAs e LCIs apenas quando estas oferecerem mais do que 90% do CDI.

Isso porque, lembra Mayara Rodrigues, da XP, algumas recuaram para 70% do CDI.

Já se o objetivo é poder resgatar a qualquer momento, há títulos atrelados à **inflação**, fundos de crédito privado, ações, fundos imobiliários ou multimercados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB fecha 4º tri em 0,1% e deve repetir 3% em 2023, projetam economistas

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

A atividade brasileira deve ter conseguido evitar, outra vez, uma queda trimestral em 2023, em um tom mais otimista que marcou o Produto Interno Bruto (**PIB**) ao longo de boa parte do ano passado e que começa a transbordar também para 2024.

Se o **PIB** não deve ter caído no quarto trimestre de 2023, tampouco deve apresentar crescimento expressivo. A projeção mediana de 66 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor indica ligeira alta de 0,1% ante o terceiro trimestre, o que costuma ser considerado estabilidade pelo IBGE. Os dados oficiais serão divulgados pelo instituto na sexta-feira, 1o.

"O **PIB** do quarto trimestre teve uma dinâmica curiosa. Outubro veio mais fraco, mas novembro e dezembro tiveram desempenho muito positivo", diz Daniela Lima, economista da Kinea.

Apenas uma casa vê a possibilidade de uma contração mais forte, de dois dígitos (2,2%), no quarto trimestre de 2023. Fora isso, as projeções variam de queda de 0,4% a crescimento de 0,5%.

Em relação ao quarto trimestre de 2022, a expectativa mediana é de crescimento de 2,2%, similar ao 2% observado no terceiro trimestre de 2023.

Se não houver revisão da série e a projeção de 0,1% for confirmada, o **PIB** do quarto trimestre repetirá o desempenho do terceiro, quando acabou surpreendendo diante da expectativa de queda de 0,2%.

Com isso, a mediana das projeções indica que o Brasil terá crescido 3% em 2023, mesma taxa observada no ano anterior. As projeções para o ano variam de 2,6% a 3,4%. Para 2024, a expectativa é de crescimento mediano de 1,7%, com variação de 0,7% a 2,6%.

"Desde 2020, nos últimos quatro anos, a expectativa de **PIB** começou fraca, com estimativas de condições financeiras mais apertadas, apontando para desaceleração de crescimento econômico, e tivemos surpresas positivas", observa Guilherme Loureiro, economista-chefe da Trafalgar Investimentos. "Isso aconteceu, de certa forma, também no terceiro e

quarto trimestres de 2023, para o qual as variações estimadas eram inicialmente mais no campo negativo, na comparação com os três meses anteriores, mas, à medida que foram saindo os dados de atividade, isso foi ajustado", diz o economista, que tem projeção para o **PIB** do quarto trimestre de 2023 em linha com a mediana.

Do lado da oferta, a mediana da pesquisa mostra que a indústria deve voltar a acelerar ligeiramente, de 0,6% no terceiro trimestre para 0,7% no quarto, após crescer 0,9% no segundo trimestre, sempre em relação aos três meses imediatamente anteriores.

Os serviços mostraram resiliência maior do que o esperado no quarto trimestre, mas, ainda assim, devem desacelerar para 0,3%, de 0,6% no terceiro.

A agropecuária, por sua vez, continuará devolvendo os aumentos expressivos do primeiro semestre de 2023, com queda de 3,3% no terceiro trimestre e, agora, expectativa de contração de 1,7%.

É essa "devolução" do agro que faz a Kinea ainda ver possibilidade de queda de 0,2% do **PIB** no quarto trimestre, ante o terceiro. Ainda assim, a economista Daniela Lima diz que a casa mantém uma visão construtiva para o **PIB**. "A indústria deve crescer, puxada pelo segmento extrativo. E os serviços também tiveram bom desempenho, só não devem crescer mais por causa de serviços de transporte, por exemplo, que são ligados ao agro", afirma.

Para Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do BRP, diversos indicadores - taxa de ocupação de hotéis, volume de passageiros em transportes aéreos e rodoviários, vendas de combustíveis e de supermercados e consumo de energia, por exemplo - apontam uma atividade até mais forte do que a mediana esperada pelo mercado. Ele projeta alta de 0,5% para o **PIB** no quarto trimestre de 2023, ante o terceiro.

"Enxergamos uma diferença positiva um pouco mais expressiva, em relação aos colegas, nos serviços. Ao mesmo tempo, também não esperamos uma contração tão expressiva no agro, porque as quedas de produção foram aparecendo mais depois de dezembro", afirma Rocha.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias deve ter desa-celerado bastante no fim do ano, mas ainda se destaca. Pela mediana, deve subir 0,3% no quarto trimestre, após altas trimestrais ao redor de 1% ao longo de 2023.

"Começamos a ver, em meados do ano passado, que aquela pisada no freio dos bancos estava tendo impacto na melhora da inadimplência e em um crédito novo vindo com qualidade melhor. Por isso, já esperávamos um desempenho melhor de setores ligados ao crédito no último trimestre de 2023, em serviços e consumo das famílias, o que acabou acontecendo", diz Lima.

Para o comportamento do consumo do governo no quarto trimestre, ante o terceiro, é esperado um crescimento de 0,2% pela mediana dos economistas.

Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no **PIB**, deve registrar contração de 0,1% nos três últimos meses de 2023, fechando, assim, um ano com todos os trimestres em queda.

"Há certa suavização da demanda interna, que ainda é suportada por aumento de salário mínimo e do Bolsa Família, mantendo certo impulso do crescimento, mas sob efeitos defasados da política monetária na ponta", diz Maurício Une, economista-chefe do Rabobank Brasil, que também espera leve contração, de 0,1%, do **PIB** no quarto trimestre de 2023, ante o terceiro.

Para o setor externo, a estimativa mediana é que exportações e importações cresçam na mesma magnitude, de 0,7%. "Devemos passar a ver, a partir do quarto trimestre, efeitos de demanda global mais fraca", diz Une.

O fim de 2023 não reflete bem a realidade total da agropecuária, que deve ter fechado o ano com alta de 16%, segundo a mediana da pesquisa, impulsionando o **PIB** pelo lado da oferta.

"O crescimento da atividade agrícola deve ter respondido por quase um terço do aumento agregado de 3% do **PIB** estimado para o ano. O agro teve desempenho fora da curva e acabou influenciando outros setores da economia", diz Loureiro. Na mediana, os serviços devem subir 2,4% em 2023, e a indústria, 1,4%.

O consumo das famílias é o destaque do ano passado pelo lado da demanda, com alta esperada de 3,2%. "As políticas de renda ajudaram a dar um piso para o consumo e serviços", diz Une. Pela mediana das projeções coletadas, o consumo do governo deve subir 1,4%, enquanto a FBCF amargaria queda de 3,2%.

O setor externo deve dar uma contribuição bastante positiva para o **PIB** de 2023, com as exportações crescendo 9,3% e as importações caindo 1,2%. As importações, nota Une, vêm acompanhando a FBCF.

Olhando à frente, Une aponta a diferença de magnitude da herança estatística entre os anos. O chamado "carry-over" de 2023 para 2024, considerando as projeções do banco, seria de 0,2%. O de 2023, ao fim de 2022, foi de 0,8%, lembra o economista. Considerando essa herança, seria preciso um crescimento da atividade relativamente maior em 2024 para se chegar à alta de 1,8% do **PIB** estimada pelo Rabobank para este ano, 0,1 ponto percentual acima da mediana dos economistas.

A pesquisa do Valor indica ainda um primeiro trimestre com alta do **PIB** de 0,4%, em relação aos três últimos meses de 2023.

Une espera que a atividade comece a aquecer aos poucos entre o primeiro e o segundo trimestre de 2024, com uma trajetória mais forte no segundo semestre.

Em meio às incertezas sobre os impactos do fenômeno climático El Niño para a safra, não é esperada a mesma força do agro em 2024, que deve recuar 0,9%, de acordo com a mediana das estimativas, ainda que o nível se mantenha historicamente alto.

A contribuição do setor externo também deve ser bem mais modesta neste ano, com as exportações crescendo 3%, e as importações, 2%, indicam as medianas. "A demanda global tende a diminuir o apetite pelas nossas exportações", afirma o economista do Rabobank. Isso não quer dizer, segundo ele, que o setor externo terá desempenho ruim, porque a balança comercial deve ser muito positiva e, apesar da menor taxa de crescimento, as exportações avançam em base alta.

Resta, pelo lado da oferta, a expectativa de aceleração da indústria, com alta de 1,7%, e relativa resiliência dos serviços, que ainda podem subir 1,9%, pela mediana. "É um ano de acomodação e de convergência nos componentes tanto na oferta quanto na demanda", diz Une.

Pelo lado da demanda, é esperada alguma recuperação parcial da FBCF, que avançaria 1,5%, e sustentação do consumo das famílias, com alta de 2,1%. "Estamos começando a ver dados de concessão de crédito melhorando, mas até que chegue na economia como um todo, uma aceleração do consumo deve ficar mais para o segundo semestre", afirma Une.

Para Lima, da Kinea, o aumento gradual do "apetite" dos bancos para emprestar à pessoa física, os cortes da Selic, a redução do endividamento e a visão positiva para o mercado de trabalho devem ajudar a sustentar o consumo já ao longo do primeiro semestre de 2024. Tanto que, apesar de ter um número mais fraco para o **PIB** do quarto trimestre de 2023, a Kinea espera crescimento de 0,5% nos três primeiros meses de 2024.

"Vivemos, em 2023, um raro equilíbrio macroeconômico conjuntural no Brasil, com a **inflação** caindo mais do que todo mundo esperava, a taxa de câmbio flutuando de forma até que bastante estável, expansão forte do emprego. E não está no meu radar fatores que mudem esse equilíbrio expressivamente para 2024", diz Rocha, que projeta crescimento de 2% para o **PIB** brasileiro neste ano.

A expectativa da Kinea é de crescimento de 1,8%, mas Lima reconhece que esse número pode ser maior. "Se você pensar que não teremos mais o impulso da safra recorde e os juros ainda estarão restritivos, esse crescimento de 1,8% parece até bastante satisfatório."

"Devemos passara ver,apartirdo quarto trimestre, efeitos de demanda global mais fraca" Maurício Une

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187799?page=1§ion=1>

Ajuste do Fed ameaça câmbio e inflação na América Latina

Eduardo Magossi De São Paulo

O câmbio dos países da América Latina pode ser a primeira vítima caso os EUA adiem o início dos cortes de juros por muito tempo, avalia o economista da XP, Fernando Nobre, em relatório antecipado ao Valor.

A perspectiva de demora na flexibilização monetária dos EUA num momento em que os países da América Latina já começaram a reduzir os juros reduz o diferencial entre as taxas locais e os americanos. Segundo Nobre, esse fator faz com que a atratividade dos ativos latino-americanos se reduza. "Eventualmente isso pode levar a uma desvalorização da moeda, criando pressões inflacionárias que façam os bancos centrais a agirem com mais cautela", afirma.

O economista pondera, contudo, que neste momento ainda existe bastante espaço para que os bancos centrais da região continuem o afrouxamento monetário porque as taxas subiram demais nesses países. "O Brasil chegou a ter juros de 13,75% [ao ano], a Colômbia foi até 13,25% e o Chile, até 13%. São níveis muito elevados para esses países, mas, com um processo de queda da **inflação** em andamento na região, ainda temos muita gordura para cortar", diz.

A expectativa de Nobre é que, mesmo com a **inflação** acima das metas, os ciclos de flexibilização continuem na América Latina, porém em velocidades diferentes de acordo com fatores locais. "No entanto, condições globais como choques geopolíticos também representam riscos de alta", afirma.

Os bancos centrais, segundo ele, devem continuar a afrouxar a política monetária ao longo de 2024 porque as taxas de juros reais (descontada a **inflação**) elevadas proporcionadas pelo movimento desinflacionário permitem cortes adicionais.

Para o economista, quando os juros começarem a se aproximar do patamar neutro (que não acelera nem desacelera a **inflação**), os bancos centrais precisarão ter mais cautela para não afetar o câmbio. "Alguns países, como Chile e Peru, começaram a discutir medidas de intervenção cambial.

No Peru, as conversas estão mais adiantadas", afirma.

Nobre lembra que o Chile pode se beneficiar e continuar seu ritmo de cortes mais acelerado porque possui um juro neutro mais baixo, entre 1% e 1,5%. "Com os juros ainda em 7,25%, e com a **inflação** em queda expressiva, eles podem seguir cortando em ritmo acelerado. O último corte foi de 1 ponto percentual e um dos membros do comitê já sinalizou corte de 1,25 ponto." Diferentemente do Chile, na Colômbia, a **inflação** está mais resiliente, embora também esteja caindo - o que cria menos espaço para cortes. E, na Colômbia, o juro neutro é mais alto, em torno de 3%.

"Os juros da Colômbia saíram de 13,25% e o banco central já realizou dois cortes de 0,25 ponto levando as taxas para 12,75%. Lá, o BC tem menos espaço porque a **inflação** segue em 8,25% em janeiro, bastante acima da meta de 3%." Sobre o México, o economista destaca que a integração forte do país com os EUA limita as ações do banco central, o Banxico.

"Embora o Banxico não assumira isso, a política monetária mexicana é muito relacionada com a do Fed [Federal Reserve, o banco central americano] e qualquer desalinhamento entre os dois afeta o câmbio. Geralmente o diferencial de juros entre os dois países é mantido em 6 pontos percentuais", observa.

De acordo com Nobre, à medida que o Fed adia o corte de juros nos Estados Unidos, o Banxico também deixa suas taxas inalteradas.

Os juros básicos mexicanos estão em 11,25%, mantidos nesse patamar por oito reuniões consecutivas. "O banco provavelmente fará o primeiro corte de 0,25 ponto em março e pode acelerar para 0,50 ponto em junho, quando o Fed deverá começar seu ciclo de flexibilização", diz.

"Mas o México tem pouco espaço para reduções. E, se o Fed adiar os cortes para além de junho, o câmbio vai sofrer reascendo as expectativas inflacionárias." A forte correlação mexicana com os EUA se dá para além do canal direto do câmbio, dada a integração econômica entre os dois países, afirma. "Nos EUA, a economia segue resiliente e no México também, diferentemente dos demais países da América Latina, onde a atividade está desacelerando.

A economia mexicana é, hoje, a mais forte entre os países analisados e isso se deve à sua ligação com os EUA. E se a economia está resiliente e a **inflação** está convergindo para a meta, não tem tanta pressa para cortar", diz.

Os PIBs da América Latina deverão ser menores em 2024 que em 2023 devido a uma desaceleração econômica que reflete o impacto defasado dos juros elevados. "O Brasil até está surpreendendo com um bom crescimento neste início de ano, mas a tendência é de que menor expansão na região." Nobre ressalta, contudo, que mesmo com a política monetária apertada, o mercado de trabalho e níveis de consumo estão sólidos na região. "Podemos dizer que a economia está desacelerando e não entrando em contração."

"Desvalorizações das moedas criam pressões inflacionárias e podem inspirar cautela dos BCs"
Fernando Nobre

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187799>

Como criar no Brasil uma cultura de investimento? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

Adriana de Luca é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: adrianadelucca@terra.com.br

O que falta para que seja possível desenvolver no Brasil uma cultura de investimentos?

Adriana de Luca, CFP, responde: Essa dúvida enviada pelo leitor é muito interessante. Para tentar encontrar uma resposta sobre o comportamento dos brasileiros em relação às finanças, é necessário voltar no tempo e tentar entender quais fatores culturais e condições econômicas podem ter contribuído para a ausência de uma cultura de investimentos.

Parte dessa cultura de não poupar e não investir dos brasileiros pode vir de aspectos histórico-sociais bastante arraigados no imaginário coletivo. Aquela velha máxima de que no Brasil, em se plantando, tudo dá pode ter colaborado para que as pessoas não enxergassem a necessidade de planejamento, preparação e acumulação para tempos de dificuldade, como se vê em populações que enfrentam condições climáticas extremas, como invernos muito rigorosos, ou aquelas que vivenciaram longos e repetidos períodos de guerras. Esses povos aprenderam que sua sobrevivência dependia da capacidade de se planejar e preparar para as adversidades, garantindo que houvesse reservas e suprimentos necessários para atravessar esses momentos.

Outro aspecto a ser considerado é que, no Brasil, existiram longos períodos de alta **inflação**, estabilizada recentemente pelo Plano Real, em 1994. Em tempos de hiperinflação, as pessoas tinham por hábito receber o salário e imediatamente fazer compras, abastecer os carros etc., para tentar garantir o suprimento de suas necessidades antes de novas rodadas de remarcações de preços. A repetição desse comportamento também pode ter contribuído para criar a cultura de consumo imediato da população.

Investir, ao contrário, requer planejamento e visão de longo prazo, pois será necessário poupar e decidir sobre a alocação desses recursos em produtos

financeiros que, potencialmente, irão gerar lucros para o investidor.

Poupar é a primeira dificuldade dos brasileiros.

Segundo dados do IBGE, o rendimento médio mensal dos trabalhadores locais é de R\$ 2.900 (setembro de 2023), sendo que 90% recebem abaixo desse valor. Com a recente elevação do custo de vida, a tarefa de poupar fica mais difícil. Isso não significa que pessoas de menor renda sejam incapazes de guardar dinheiro.

Cada um, dentro de suas características e limitações, deve ter seu orçamento e fazer planejamento financeiro.

Após acumular os recursos, será necessário escolher os produtos financeiros para investir, o que representa outro entrave. Em geral, os brasileiros têm baixo nível de educação financeira e acreditam que investimentos são complexos, arriscados e apenas para ricos, o que os afasta de buscar informações e se lançar ao mundo dos fundos, CDBs, ações etc.

Nas últimas décadas, com a estabilização da moeda, a disseminação da internet, a publicação de vários livros sobre finanças pessoais e o empenho de diversos agentes econômicos, dedicados a tornar o processo de investimento mais palatável ao público leigo, já é possível começar a ver os resultados positivos, como a elevação do número de investidores na bolsa de valores e no Tesouro Direto.

Refletindo sobre todos esses argumentos, chega-se ao ponto fundamental para promover uma virada na cultura de investimentos no Brasil: educação, especialmente educação financeira. É necessário que as pessoas olhem para as mudanças que ocorreram na sociedade, como o envelhecimento populacional, a redução do número de filhos por família etc., e entendam a urgência de se mergulhar numa cultura de poupar e investir para garantir um futuro com qualidade de vida para todos.

Adriana de Luca é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de

Planejamento Financeiro E-mail:
adriana.delucca@terra.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187799>

Atual cenário da inflação aponta para selic de 9,5%

EX-DIRETOR DO BC O cenário de **inflação** é positivo e deve permitir que o Banco Central diminua a taxa Selic a ao menos 9,5% este ano, disse Bruno Serra, ex-diretor da autoridade monetária e gestor de portfólio da Itaú Asset. Ele acrescentou considerar possível uma taxa menor, de até 9%, mas destacou que isso exige uma postura conservadora na condução da política monetária. "Quanto mais o Banco Central for conservador agora, ele vai acabar colhendo frutos desse ambiente de **inflação** corrente mais benigno e vai poder estender o ciclo ao longo do segundo semestre, talvez com algumas reduções de 0,25 ponto porcentual a mais do que o mercado espera", disse Serra na sua participação no BTG Summit 2024. Serra já espera que o IPCA, índice oficial de **inflação**, fique entre 3% e 3,2% em 2023, mais perto do centro da meta, de 3%, do que da mediana do último relatório Focus, de 3,81%. E acrescentou que fatores como a queda das commodities agrícolas e o bom desempenho do câmbio devem ajudar esse cenário.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Brasil e mais 121 países fecham acordo

Do Estadão Conteúdo

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC) informou que Brasil e outros 121 países concluíram neste domingo em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, um acordo de facilitação de investimentos. Segundo o ministério, o acordo tem como objetivos simplificar as operações entre os países signatários, dar mais previsibilidade aos investidores e promover a conduta empresarial responsável nas operações internacionais.

"Há muito valor no estabelecimento de padrões globais mínimos para transparência, simplificação e facilitação de investimentos, além de prevenção de disputas", explica a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, que representa o MDIC na conferência de Dubai. "E nesse acordo há também cláusulas por meios das quais os países se obrigam a exigir do investidor compromissos sociais e ambientais".

"O Acordo sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (AFID, na sigla em inglês) vem sendo costurado desde 2017 com forte atuação do Brasil, que possui reconhecida experiência nessa área. Desde 2012, o Brasil vem concluindo Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) em nível bilateral e regional. Essa experiência fez do País um ator chave na formulação de propostas e nas negociações que vieram a ocorrer na OMC", cita o MDIC em nota.

"Segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o AFID tem potencial para alavancar o **PIB** brasileiro em 2,1% num período de cinco anos, gerando mais de 160 mil postos de trabalho e aumento dos investimentos em 5,9%. Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial aponta que 82% dos investidores consultados consideram transparência e previsibilidade na conduta de órgãos públicos como um fator importante ou criticamente importante para a definição a respeito de onde investir", informa o ministério.

A assinatura do acordo antecede a abertura da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que começa hoje e vai até a quinta-feira (29). A delegação brasileira em Abu Dhabi é liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Brasil teve quase duas cargas roubadas por hora em 2023

LOGÍSTICA Quase duas cargas foram roubadas por hora nas estradas brasileiras em 2023, somando mais de 17 mil ocorrências. O resultado mostra um crescimento de 4,8% do crime em comparação com 2022, segundo os dados do estudo "Brasil: Relatório Anual de Roubo de Cargas", da consultoria Overhaul, que analisa a segurança no escoamento de mercadorias no território nacional. Os números colocam o país na segunda colocação do ranking global da empresa, atrás apenas do México e à frente de África do Sul.

Especialistas afirmam que o crescimento dos casos no país pode ter relação direta com mudanças de comportamento de consumo, questões macroeconômicas, avanço da produção agrícola e crescimento da informalidade, entre outras hipóteses.

Além de mostrar um aumento no número de casos em 2023, a análise da consultoria também comparou os índices de incidência desses crimes no País no pré-pandemia, revelando uma onda ascendente de criminalidade em relação aos roubos de cargas no Brasil, como conta o gerente de inteligência da Overhaul no Brasil, Reginaldo Catarino.

Segundo o executivo, os últimos resultados se assemelham ao movimento verificado entre 2010 e 2013, momento em que o mercado nacional viveu outra onda crescente de roubos de cargas que impactaram os negócios logísticos no país - esse foi um momento de forte crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Nós observamos que a tendência é que o roubo de cargas continue subindo", afirma. Para Catarino, o crescimento dos casos no setor logísticos está ligado à demanda crescente por parte da população que consome os produtos vindo de desvios de cargas. "Essa é uma questão social muito importante que tem de ser analisada", diz.

Insegurança traz impactos aos negócios logísticos do país

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Quase duas cargas são roubadas por hora

SÃO PAULO Agência Estado

Quase duas cargas foram roubadas por hora nas estradas brasileiras em 2023, somando mais de 17 mil ocorrências. O resultado mostra um crescimento de 4,8% do crime em comparação com 2022, segundo os dados do estudo "Brasil: Relatório Anual de Roubo de Cargas", da consultoria Overhaul, que analisa a segurança no escoamento de mercadorias no território nacional. Os números colocam o País na segunda colocação do ranking global da empresa, atrás apenas do México e à frente de África do Sul.

A Overhaul faz o acompanhamento diário de casos registrados em território nacional e compara com as informações oficiais divulgadas mensalmente pelas Secretarias de Segurança dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Especialistas afirmam que o crescimento dos casos no País pode ter relação direta com mudanças de comportamento de consumo, questões macroeconômicas, avanço da produção agrícola e crescimento da informalidade, entre outras hipóteses.

Além de apontar para um aumento pontual no número de casos em 2023, a análise da consultoria também comparou os índices de incidência desses crimes no País no pré-pandemia, revelando uma onda ascendente de criminalidade em relação aos roubos de cargas no Brasil, como conta o gerente de inteligência da Overhaul no Brasil, Reginaldo Catarino.

Segundo o executivo, os últimos resultados se assemelham ao movimento verificado entre 2010 e 2013, momento em que o mercado nacional viveu outra onda crescente de roubos de cargas que impactaram os negócios logísticos no País - esse foi um momento de forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). "Nós observamos que a tendência é que o roubo de cargas continue subindo", afirma.

CONSUMO Catarino pontua que o crescimento dos casos no setor logísticos está ligado à demanda crescente por parte da população que consome os produtos vindo de desvios de cargas. Ele afirma que, assim como no mercado regulado, a "lei da oferta e demanda" também dita o crescimento desse tipo de crime. "Essa é uma questão social muito importante que tem de ser analisada", avalia.

O presidente do grupo BBM, um dos maiores operadores logístico do Mercosul, Antonio Wroblewski,

especialista no setor, diz que a precária situação das estradas Brasil afora facilita a ação de criminosos.

E destaca o deficitário programa de segurança nas rodovias e periferias.

O resultado, destaca o executivo, é que, só em 2022, as empresas tiveram um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão com o roubo de cargas. Ele diz que as companhias têm se desdobrado para proteger os ativos, mas nem sempre conseguem evitar o pior.

Para mitigar os roubos e furtos no transporte, a BBM tem investido em áreas distintas do processo como operação, tecnologia e pessoas.

"Os esforços começam na contratação, treinamento e desenvolvimento de equipes capacitadas para operar nos diversos cenários da companhia. Investimos em tecnologia de segurança embarcada em nossos veículos e segurança dos softwares de controle e monitoramento para assegurar atuação mais assertiva e a devida mitigação dos riscos operacionais", diz ele.

Maior segurança, no entanto, significa gastar muito dinheiro.

Fazer seguro custa caro e comprar softwares de segurança, também.

Wroblewski conta que o custo da segurança em uma empresa como o grupo BBM, que tem mais quatro mil veículos e 20 milhões de entregas anuais, fica entre 2% a 3% da receita bruta.

Mas as empresas não têm muita saída. O empresário José Prado, dono de uma distribuidora de vidros, segue o mesmo caminho de Wroblewski.

Atento ao crescimento da criminalidade e ao perigo de ter parte da sua produção roubada durante o processo de transporte, ele precisou investir em acessórios de segurança para a sua frota de caminhões.

Seguro do veículo e da carga, rastreadores em tempo real - conhecidos como telemetria -, câmeras internas e externas são algumas das ferramentas que auxiliam no monitoramento dos carros enquanto trafegam pelas rodovias.

Prado conta que são comuns os casos de caminhões de empresas no setor em que atua que acabam sendo alvo dos criminosos, e apesar de terem os automóveis

encontrados, dificilmente conseguem reaver a carga perdida. "Usamos um sistema israelense que faz o acompanhamento a todo momento dos nossos motoristas. É uma forma de nos proteger", afirma.

EVOLUÇÃO Segundo o modelo da Overhaul para roubo de cargas apresentado no estudo, a projeção inicial é a de que o número de casos tenha um crescimento entre 1% e 2% neste ano. Catarino pontua que os resultados das projeções do indicador são revisados a cada trimestre, e que o valor final pode sofrer variações diante de questões macroeconômicas, de criminalidade, de tendências de consumo e outros aspectos que envolvem o mercado de transportes de cargas.

Em meio às projeções de crescimento nos casos de roubos de carga no País, o mercado já começa a precificar esse passivo e a repassar o custo ao longo de toda a cadeia produtiva, como explica Ulysses Reis, especialista em varejo da Strong Business School (SBS). "Isso é o que vai acontecer: as varejistas, as distribuidoras, os centros de distribuição e companhias em geral não vão ficar com esse prejuízo. O que acaba repassando o prejuízo para cliente final", afirma.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que as companhias brasileiras tiveram custo com segurança privada e seguros da ordem de R\$ 171 bilhões em 2022, o equivalente a aproximadamente 1,7% do total do **PIB** do País para o ano.

Reis lembra que, tradicionalmente, custos como o de segurança já eram contabilizados pelas companhias, mas que agora precisam recalcular esse passivo diante da alta na criminalidade. "Na prática, essa insegurança acaba onerando os preços ainda mais, que faz parte do custo Brasil, já que isso é mais uma das ineficiências logísticas que temos por aqui", diz.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132593>